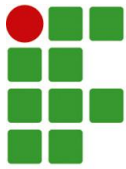


**PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO
COORDENADORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM
FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE**

**CURITIBA
2019**



INSTITUTO FEDERAL
Paraná

PROENS

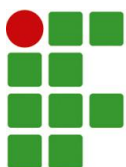


Ministério da Educação

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM
FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE

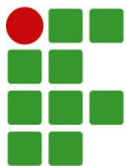
CURITIBA

2019



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1.1 CARACTERÍSTICAS DO CURSO	6
2. JUSTIFICATIVA	7
3. OBJETIVOS DO CURSO	111
3.1 OBJETIVO GERAL.....	111
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	111
4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	133
5. CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS	166
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	177
6.1 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS	177
6.2 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA.....	19
6.3 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	233
6.3.1 Concepção de Avaliação	233
6.3.2 Recuperação Paralela	255
6.3.3 Forma de emissão de resultados	266
6.3.4 Condições de aprovação	266
6.3.5 Progressão parcial.....	277
6.3.6 Certificação de conhecimentos.....	277
6.3.7 Aproveitamento de Estudos Anteriores	28
6.4 PRÁTICAS PROFISSIONAIS	29
6.4.1 Práticas previstas em sala de aula - Laboratório.....	29
6.4.2 Prática Profissional Supervisionada no campo de trabalho.....	29
6.5 CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS	322
6.6 COMPONENTES CURRICULARES	344
6.7 RAZÕES E OBJETIVOS PEDAGÓGICOS PARA O/S TURNO/S E HORÁRIOS DO CURSO... ..	344



6.8 DURAÇÃO DA HORA-AULA	355
6.9 CRITÉRIOS PARA ISONOMIA NA OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES	355
6.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	355
6.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS.....	36
6	
6.12 VISITAS TÉCNICAS E/OU EVENTOS DO CURSO	366
6.13 TEMAS TRANSVERSAIS.....	366
6.14 MATRIZ CURRICULAR	377
6.15 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	413
7 INFRAESTRUTURA MÍNIMA REQUERIDA.....	700
8 INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES ESPECIAIS.....	72
2	
9 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	733
10 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC).....	78
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICES	833
APÊNDICE 1 - REGULAMENTO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA OBRIGATÓRIA DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO IFPR - CAMPUS CURITIBA.....	844
APÊNDICE 2 - REGULAMENTAÇÃO TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO0020- EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS.....	88
APÊNDICE 3 - REGULAMENTAÇÃO ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM	911

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NÚMERO DO PROCESSO: 23397.000301/2014-36

NOME DO CURSO: Curso Técnico em Enfermagem

EIXO TECNOLÓGICO: Ambiente e Saúde

COORDENAÇÃO DO CURSO

Coordenadora: Prof.^a Dra. Gabriella Lemes Rodrigues de Oliveira

E-mail: gabriella.oliveira@ifpr.edu.br

Telefone: (41) 3535-1604

CAMPUS

Endereço: Rua João Negrão 1285 – Rebouças – Curitiba/PR

Telefone: (41) 3535-1604

Home-page: <http://curitiba.ifpr.edu.br>

E-mail: direcao.ensino.curitiba@ifpr.edu.br

LOCAL DE REALIZAÇÃO

Endereço: Rua João Negrão 1285 – Rebouças – Curitiba/PR

Telefone: 3535-1604

Home-page: <http://curitiba.ifpr.edu.br>

E-mail: direcao.ensino.curitiba@ifpr.edu.br

AJUSTE CURRICULAR DE CURSO (X)

RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO:

Resolução nº 39/2010 do Conselho Superior - IFPR

COMISSÃO DE AJUSTE CURRICULAR (CAJ)

Portaria nº 109, de 31 de maio de 2019

Função	Nome
Coordenação de curso	Gabriella Lemes Rodrigues de Oliveira
Docente	Adriana Pellanda Gagno
Docente	Edilomar Leonart
Docente	Edivane Pedrolo
Docente	Érika Pessanha d'Oliveira
Docente	Leni de Lima Santana
Docente	Nadine de Biagi Ziesemer
Docente	Radamés Boostel
Docente	Tangriane Hainiski Ramos
Docente	Telma Pelaes de Carvalho
Representante da Seção Pedagógica	Julianne Neves
Representante discente	Bárbara Daniel de Andrade Noronha
Bibliotecária	Elisete Lopes Cassiano
Servidora responsável pela revisão de linguagem do texto	Gabriella Lemes Rodrigues de Oliveira
Servidora responsável pela normatização técnica do documento	Gabriella Lemes Rodrigues de Oliveira

Conselho profissional ou legislação que regula a profissão que o curso habilita a exercer:

Conselho Regional de Enfermagem – COREN - PR

1.1 CARACTERÍSTICAS DO CURSO

Nível: Médio
Forma de oferta: subsequente
Modalidade de oferta: (X) Presencial () A distância
Tempo de duração total do curso em anos: 2 anos
Turno de oferta: (X) Matutino () Vespertino () Noturno () Diurno () Integral
Horário de oferta do curso: as aulas teóricas têm início às 7h15min e término às 12h30min de segunda à sexta-feira. No caso da Prática Profissional Supervisionada, seu horário é diferenciado, tendo início de um modo geral às 6h45min com término provável às 11h45min, podendo ocasionalmente ocorrer das 13h00min às 18h00min, conforme necessidade de cumprimento da carga horária.
Carga horária total em hora relógio: 1820 horas
Carga horária de Prática Profissional Supervisionada: 600 horas
Número máximo de vagas do curso: 35 (trinta e cinco vagas)
Número mínimo de vagas do curso: 25 (vinte e cinco vagas)
Ano de criação do curso: 1992
Ano de início de primeira turma: 1992
Tipo de Matrícula: por módulo
Regime Acadêmico: modular (os módulos variam de acordo com a carga horária das disciplinas teóricas e práticas supervisionadas).
Requisitos de acesso ao Curso: escolaridade exigida de Ensino Médio completo, idade mínima de dezoito (18) anos e com aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o campus.
Instituição conveniada: Não há

2. JUSTIFICATIVA

A qualificação do trabalhador de enfermagem de nível médio visa preparar profissionais que, individualmente e no seu conjunto, acompanhem e incorporem as mudanças advindas do desenvolvimento técnico-científico, na perspectiva de intervirem positivamente nas necessidades de saúde de cada pessoa, grupo e/ou comunidade.

A partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, desencadeou-se uma proposta de Reforma Sanitária Brasileira, a qual resultou em um novo modelo de atenção à saúde. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, contemplou a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), cujos princípios são a universalidade, equidade e integralidade (BRASIL, 1988). A descentralização financeira e de gestão dos serviços de saúde, com mudanças nos níveis de atuação dos estados e, principalmente dos municípios e a participação dos cidadãos, proporcionou o aumento da expansão dos empregos na esfera municipal de profissionais para atuarem no atendimento à saúde da população exigindo mudanças no perfil dos profissionais.

Assim, o modelo assistencial reorientou as práticas sanitárias, exigindo dos profissionais técnicos a capacidade de atuar em diferentes setores de forma a contribuir na melhoria dos indicadores de saúde, em qualquer nível de atenção à saúde.

Diante desta necessidade social foi criado em fevereiro de 1991, o Curso Técnico em Enfermagem na então Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que passou a formar profissionais capacitados nesta perspectiva.

As políticas públicas de saúde em vigor vieram fundamentar o Programa Nacional da Atenção Básica (PNAB), aprovado pela Portaria MS/GM n.º 648 GM/06, que reafirma os princípios orientadores da universalidade, da acessibilidade, a coordenação do cuidado, o vínculo e a continuidade da atenção, a integralidade, a responsabilização, à humanização, à equidade e a participação social (BRASIL 2006).

Somando-se a isso os avanços tecnológicos, demandam a necessidade de se colocar no mundo do trabalho, profissionais qualificados e especializados, como estratégia política dentro do sistema de saúde e da educação para o trabalho, para

desempenhar atividades, quer no âmbito comunitário, hospitalar, ambulatorial e empresarial.

O Curso Técnico em Enfermagem está contemplado no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos do Ministério da Educação, no Eixo Ambiente e Saúde. O catálogo orienta para uma formação voltada para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença (BRASIL, 2016).

No Brasil, o trabalho de enfermagem está subdividido em categorias, a saber: Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteiras. Essa configuração perdurará até a extinção da categoria de Parteiras, que gradativamente diminui em número de profissionais. Dados de 2013, segundo o Conselho Federal de Enfermagem, apontam que são 1.804.535 profissionais, sendo um percentual de 23% de Enfermeiros e 77% de Técnicos e Auxiliares, em âmbito nacional. No Paraná a porcentagem de profissionais por categoria corresponde a: 23,5% de Enfermeiros e 76,5% de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem (COFEN, 2013).

Diante deste quadro de profissionais é de grande importância salientar que o Curso Técnico em Enfermagem do Campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná (IFPR) apresenta ao seu aluno a possibilidade de saída antecipada com a qualificação de Auxiliar de Enfermagem.

Em Curitiba, a Secretaria Municipal de Saúde assim como a Região Metropolitana, vem absorvendo em seus quadros funcionais egressos com esta titulação, enfatizando a demanda social por esta terminalidade intermediária.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada de Curitiba é de 1.917.185 habitantes, e segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba (SMS), estima-se que destes, 70% utilizam os serviços do SUS (IBGE, 2018). Atualmente, o SUS-Curitiba atende uma população de 1.908.359 habitantes, contando com 111 Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo 63 unidades com Estratégia de Saúde da Família e 48 unidades tradicionais, nove Unidades de Pronto Atendimento, 12 Centros de Apoio Psicossocial (CAPS), seis Centros de Especialidades (Mãe Curitibana, Santa Felicidade, Matriz, Ouvidor Pardinho, Vila Hauer e Salgado Filho), dois Centros de Especialidades Odontológicas, 108 Clínicas Odontológicas, integradas às US, um Centro de Orientação e Atendimento aos portadores de HIV/AIDS, dois hospitais municipais, um Laboratório

de Análises Clínicas, uma Central de Vacinas, cinco Residências Terapêuticas, um Centro de Zoonoses e 67 Espaços Saúde, anexos às US (CURITIBA, 2018).

Segundo o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), em Curitiba 24 hospitais trabalham com o SUS. Destes, somente dois hospitais são da rede federal, vinculados à Universidade Federal do Paraná (Hospital de Clínicas e Hospital Maternidade Victor Ferreira do Amaral). O Hospital do Trabalhador está vinculado ao Estado do Paraná, mas sua gestão é tripartite, com mais o Município e a Universidade Federal do Paraná; três na esfera Estadual que são Hospital Oswaldo Cruz, Hospital da Polícia Militar e Hospital de Reabilitação do Paraná. Já os hospitais municipais são dois, o Hospital do Idoso Zilda Arns e a Maternidade Municipal Bairro Novo. Os filantrópicos são dois: Bom Retiro e Hospital Cajuru. Portanto, a rede privada comporta a maioria do sistema de atendimento do SUS na capital paranaense, com 13 hospitais privados (BRASIL, 2018a).

Para atender a população com qualidade exige-se uma estrutura eficiente e equipamentos adequados para responder com competência às demandas envolvendo profissionais qualificados, treinados e com experiência em suas funções. Sob o ponto de vista assistencial, o serviço envolve equipe multidisciplinar entre os quais destacamos os Auxiliares e Técnicos de enfermagem que compõem a maior parte dessa equipe.

O Curso Técnico em Enfermagem foi inicialmente ofertado pela Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no ano de 1991, e permaneceu ativo com a transformação da Escola Técnica em Instituto Federal do Paraná, em 2008. Nas seleções do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) do ano de 2018, foram abertas 14,2 mil vagas em Cursos Técnicos em Enfermagem por todo o Brasil, sendo o mais disputado dentre os cursos da área da saúde (BRASIL, 2018b).

Cabe-nos ressaltar que se trata de uma das categorias de enfermagem regulamentada como profissão pela Lei 7498/86, e como tal, os alunos egressos para atuarem na área devem obrigatoriamente efetuar registro profissional no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).

A estrutura modular do curso respeita um itinerário formativo de forma a permitir a formação de Auxiliar de Enfermagem com a conclusão dos seis módulos iniciais e

finalmente do Técnico em Enfermagem para aqueles que concluírem o sétimo e oitavo módulos. Desta forma, exige-se um ordenamento na conclusão dos componentes curriculares, visando a habilitação profissional.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais cidadãos comprometidos com a prática profissional que visa o cuidar em Enfermagem, embasada nos conhecimentos científicos, técnicos, éticos, políticos e educacionais, proporcionando aos profissionais a aptidão ao exercício de suas funções em consonância com as competências legais, às quais atendem as atuais e futuras demandas do mundo do trabalho, contribuindo, portanto, para a melhoria da qualidade da assistência nos serviços de saúde.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar aos futuros profissionais Auxiliares e Técnicos em Enfermagem aprendizagem técnica e científica para executar ações de enfermagem sob a supervisão de um profissional enfermeiro, respeitando os níveis de conhecimento e complexidade das ações;
- Capacitar os futuros profissionais para atuar em instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como na iniciativa privada, realizando suas ações de acordo com as normas, protocolos e legislações pertinentes;
- Habilitar os futuros profissionais para trabalhar em equipe multidisciplinar, compreendendo os determinantes do processo saúde-doença e atuando nos diversos níveis de atenção à saúde - prevenção, promoção, apoio ao diagnóstico, cuidado, proteção, recuperação e reabilitação;
- Promover a apropriação de valores éticos e bioéticos no cuidado e nas relações interpessoais, bem como incorporar uma postura crítica e reflexiva, com iniciativa, flexibilidade, senso de observação, capacidade para tomada de decisão e raciocínio lógico;

- Conscientizar os futuros profissionais quanto à importância da prevenção de riscos ocupacionais / ambientais relacionados ao trabalho, bem como de situações de riscos e efeitos adversos para os pacientes, trabalhando com foco no uso de equipamentos de proteção individual e na segurança do paciente;
- Formar profissionais capazes de desempenhar suas atividades com responsabilidade, justiça e competência, sempre comprometidos com o constante aprimoramento profissional frente às evoluções técnicas e científicas da área da saúde.

4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O perfil profissional dos egressos do Curso Técnico em Enfermagem está baseado na lei do exercício profissional de Enfermagem, Lei nº 7.498/86, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 94.406/87 e referendada no Conselho Nacional de Educação pelo Parecer CNE/CEB nº 16, de 26 de novembro de 1999. No mais, segue as Diretrizes Curriculares para Educação Profissional de Nível Técnico, bem como o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de 2016 (BRASIL, 1999; BRASIL, 2016).

O profissional egresso da instituição deverá ter competência para:

- Compreender os determinantes do processo saúde-doença e ser capaz de auxiliar na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação no processo saúde-doença;
- Trabalhar em equipe com os vários profissionais que atuam na área de atenção à saúde;
- Executar ações de enfermagem sob a supervisão do enfermeiro (de acordo com a legislação), nos diversos níveis de atenção a saúde, respeitando os níveis de conhecimento e complexidade das ações;
- Realizar curativos, administração de medicamentos e vacinas, nebulizações, banho de leito, mensuração antropométrica e verificação de sinais vitais;
- Preparar o paciente para os procedimentos de saúde;
- Prestar assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos e gravemente enfermos;
- Apresentar bom relacionamento interpessoal, senso crítico-reflexivo e autocrítica, iniciativa, flexibilidade, senso de observação, capacidade para tomada de decisão e raciocínio lógico;
- Aplicar as habilidades cognitivas, psicomotoras e relacionais, fundamentadas nos conhecimentos técnico-científicos, éticos, políticos e educativos, que contribuem para o alcance da qualidade do cuidar de enfermagem;
- Desempenhar suas atividades profissionais com responsabilidade, justiça e competência, considerando os princípios básicos de universalidade, equidade e integralidade do cuidado à saúde e de cidadania;

- Conhecer o processo de trabalho na saúde e inserir-se nos programas das políticas de saúde das esferas federais, estaduais e municipais e as possibilidades de atuação neste cenário;
- Conhecer a realidade em que está inserido, sendo capaz de transformar-se e, ao mesmo tempo, atuar como agente ativo de transformação social da sua realidade;
- Atuar como agente ativo em constante aprimoramento profissional acompanhando a evolução técnica científica do mundo do trabalho;
- Ser um agente ativo no seu processo de aprendizagem;
- Realizar suas ações de acordo com normas, protocolos e legislação pertinentes;
- Aplicar as normas de biossegurança;
- Identificar riscos ocupacionais e ambientais relacionados ao trabalho e executar ações de prevenção mediante uso de equipamentos de proteção individual e coletiva;
- Conhecer, registrar e prevenir situações de efeitos adversos relacionados ao cuidado em enfermagem, com foco na segurança do paciente;
- Realizar adequadamente registro da situação de saúde do cliente e dos cuidados prestados, de acordo com as normas vigentes nos serviços de saúde e na legislação profissional.

Os estudantes do curso Técnico em Enfermagem receberão qualificação profissional de Auxiliar de Enfermagem após cumprirem 1359 horas, ou seja, a integralização dos módulos do primeiro, segundo e terceiro semestres do curso, de acordo com as normas descritas neste projeto pedagógico. O Auxiliar de Enfermagem formado pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) - Campus Curitiba é um profissional de nível médio, integrante da equipe multidisciplinar da saúde, regido pela Lei 7498/96 (BRASIL, 1986), que trata do exercício profissional da enfermagem, e que sob supervisão e orientação do enfermeiro está habilitado a executar ações dentro de suas atribuições legais na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação do processo de saúde-doença individual e coletivo, desenvolvendo competências fundamentadas nos níveis de conhecimento científico, ético, político e educacional.

Respeitando o artigo 13 da lei 7498/86, exerce atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços Auxiliares de Enfermagem sob supervisão do Enfermeiro, bem como participação em nível de execução simples, em processos de tratamento, a saber: observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas; executar ações de cuidado simples; prestar cuidados de higiene e conforto; participa da equipe de saúde (BRASIL, 1986).

5. CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS

Serão fornecidas duas certificações, conforme segue:

- Certificado de Qualificação Profissional em Auxiliar de Enfermagem, do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, após integralização dos módulos 1 ao 6 do curso;
- Diploma de Técnico em Enfermagem, do Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, após integralização dos quatro semestres do curso.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS

Marx (1978) concebe o homem como um ente-espécie não apenas no sentido de que ele faz da comunidade o seu objeto, mas no sentido de tratar a si mesmo como a espécie vivente, atual, como um ser universal e, conseqüentemente, livre. Sua base de vida física é a natureza, da qual o homem interage conscientemente por meio de seu trabalho, instrumento material de sua atividade vital. Portanto, a natureza fornece os meios materiais a que o trabalho pode aplicar-se e também os meios de subsistência física do trabalhador. Porém, a intervenção do homem sobre a natureza, por meio de seu trabalho, implica torná-la não mais o meio externo para a existência do trabalho, pois o próprio produto do trabalho passa a ser esse meio material (MARX, 1978).

Desta forma, o trabalho no sentido ontológico caracteriza a existência humana, visto que trabalhar é agir sobre a natureza e transformá-la com o objetivo de atender as necessidades humanas, considerando que para satisfazer suas carências básicas, o homem cria objetos e, simultaneamente, constrói seus saberes e sua cultura. Assim, o trabalho é o elemento originário da formação do homem enquanto ser capaz de viver, criar e recriar sua existência, pois opera conjuntamente a transformação da natureza e a aquisição de conhecimento (SAVIANI, 2008).

Para Saviani (2001), o trabalho pode ser considerado como princípio educativo em três significados diversos, mas articulados entre si. Num primeiro significado, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina o modo de ser da educação em seu conjunto, tendo em vista o grau de desenvolvimento social atingido historicamente. Assim, aos modos de produção correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. E um segundo significado, o trabalho é princípio educativo quando coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. E, por último, o trabalho é princípio

educativo, face a determinação da educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (SAVIANI, 2001).

Para Frigotto, o homem,

“[...] diferente do animal que vem regulado e programado por sua natureza – e por isso não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio –, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, pela cultura e pela linguagem, a sua própria existência.” (2005, pg. 246).

Sob esta concepção ontocriativa, o trabalho é entendido como um processo que permeia todas as esferas da vida humana e constitui a sua especificidade. Portanto, não se reduz à atividade laborativa ou emprego. Na sua dimensão mais importante, o trabalho aparece como atividade que responde à produção dos elementos necessários à vida biológica dos seres humanos. Ao mesmo tempo, porém, responde às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva (FRIGOTTO, 2005).

O trabalho como princípio educativo não deve ser visto apenas como uma técnica didática ou metodológica no processo de ensino-aprendizagem, mas como um princípio ético político. Nesta perspectiva, o trabalho é, igualmente, um dever e um direito. O que não pode ser aceito e deve ser combatido, são as relações sociais de exploração e alienação do trabalho em qualquer circunstância e idade (FRIGOTTO, 2005).

Conforme Ciavatta (2000), o trabalho deve ser compreendido como os conhecimentos produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, como resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e transformação dos fenômenos naturais e sociais. Isto posto, a ciência acomoda conceitos e métodos em que o objetivo permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos.

Nesse contexto, a formação profissional é um meio pelo qual o conhecimento científico adquire, para o indivíduo, o sentido de força produtiva, representando em técnica e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e

tecnológicos básicos. A formação de pessoas capazes de se apropriar da racionalidade de um ponto de vista emancipatório e autônomo e, não apenas de desenvolver a capacidade de compreensão técnica do mundo, é fundamental e indispensável, tornando-se um desafio para a escola. A capacidade de refletir sobre a própria técnica produzida é um dos aspectos essenciais da autonomia humana, que representa, em outra perspectiva, a apropriação do conhecimento por parte do educando (IFPR, 2017).

6.2 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Como afirma Luckesi (1978, p. 21),

“(...) a educação é uma prática humana direcionada por uma determinada concepção teórica. A prática pedagógica está articulada com uma pedagogia, que nada mais é que uma concepção filosófica da educação. Tal concepção ordena os elementos que direcionam a prática educacional.”

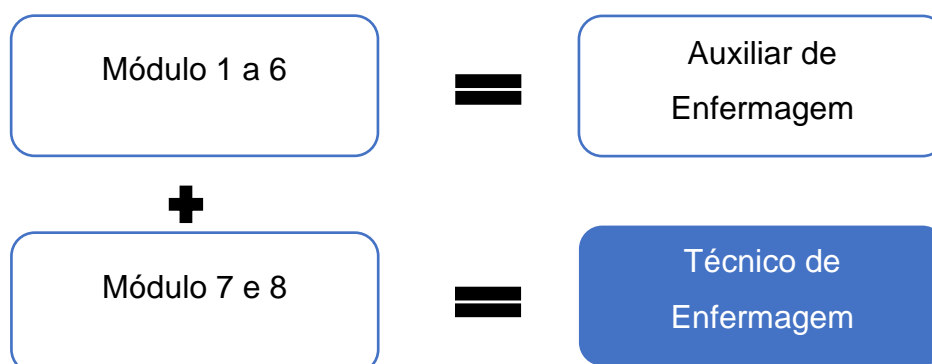
Na prática educativa do professor estão envolvidos vários elementos: os conteúdos de ensino, os estudantes com suas características individuais, mas juntos num grupo, os objetivos que devem ser atingidos durante as aulas e, finalmente, as metodologias e os processos de ensino. Todos esses elementos precisam estar reunidos, relacionados e devidamente analisados a partir de uma fundamentação pedagógica que direcione o processo educativo, de forma que o trabalho parta da reflexão sobre o contexto histórico-cultural que direciona a aprendizagem.

Sob esta ótica, a educação escolar, como processo de formação integral do estudante, depende fundamentalmente do método pedagógico, da ação pedagógica e da postura do educador. É do professor a principal função de intermediar o processo de ensino e aprendizagem e “tentar fazer de nossos currículos novos mapas, não mais marcados por territórios fragmentados, mas tentando ultrapassar fronteiras, vislumbrar novos territórios de integração entre os saberes” (GALLO, 2000, p.25).

O currículo é elemento constitutivo da organização escolar, o qual, como os componentes curriculares, deve ir além do que se estabelece como critério a seguir. Molda-se à realidade e ao momento da sala de aula, enquanto o conhecimento se traduz entre a prática e a teoria, em que o individual e o social são feitos por meio da interação que se dá pelo processo realizado na vivência do educando dentro da sua comunidade e pelo contato que ele terá com o saber escolar como procedimento sócio interacionista (SACRISTÁN, 1998).

Segundo Sacristán (2000), o currículo é a expressão da função socializadora da escola; é um instrumento imprescindível para compreender a prática pedagógica; está estreitamente relacionado com o conteúdo da profissionalização dos docentes; é um ponto em que se entrecruzam componentes e decisões muito diversas (pedagógicas, políticas, administrativas, de controle sobre o sistema escolar, de inovação pedagógica); é um ponto central de referência para a melhoria da qualidade de ensino. É importante considerar que o currículo não pode ser um elemento puro e neutro de difusão desinteressada do conhecimento social e deixando que os aspectos curriculares não podem ser negligenciados nos processos de educação que pretendem contemplar as características culturais dos estudantes a quem se destina (MOREIRA; SILVA, 1995).

A proposta de implementação do curso está organizada por módulos, compostos por componentes curriculares, respeitando-se a construção da qualificação profissional conforme recomendada pela Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, nº 7.498/86 (BRASIL, 1986), em que se concluindo do módulo 1 a 6 terá a terminalidade em Auxiliar de Enfermagem e completando os módulos 7 e 8, a formação do Técnico de Enfermagem, conforme esquema a seguir:



O currículo está organizado por uma metodologia que propicia o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas à área da saúde. Nesta proposta o docente atuará como facilitador do processo ensino-aprendizagem, orientador da construção do conhecimento e incentivador da prática do aprender. Também, mediará a condução das práticas da pesquisa, elaboração de trabalho e seminários, o que tornará o processo ensino-aprendizagem mais dinâmico e consistente.

O ponto de partida será uma educação para a atenção à saúde e aos problemas de saúde do cliente, grupo e comunidades de maneira a responder às demandas da atualidade e contribuir para a formação de sujeitos capazes de se orientar numa sociedade complexa e em constante mudança. Também, ofertar ao aluno oportunidade de aprender, se envolver, participar, posicionar-se, conhecer as tecnologias do cuidado para identificar quais os procedimentos necessários para alcançar os objetivos pretendidos.

A organização curricular foi elaborada por módulos compostos por componentes curriculares, visando caracterizar a articulação do processo de ensino-aprendizagem na aquisição de conhecimento, capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação, valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficaz e eficiente de atitudes requeridas pela natureza do trabalho, abrangendo operações mentais básicas até as mais complexas, necessárias ao exercício da atividade profissional em Técnico em Enfermagem.

A concepção dos objetivos de cada módulo refere-se à execução de tarefas e atividades direcionadas ao trabalho na dimensão técnico-instrumental, como também, na condição humana do cuidado, em sua dimensão ética, considerando o ato de assumir responsabilidades frente às situações de trabalho complexas. É antes de tudo um conjunto de conhecimentos profissionais, atrelado à competência ético-social e a competência humana. Esta competência expressa a capacidade de um ser humano em cuidar de outro, de colocar em ação os conhecimentos necessários para prevenir e resolver problemas de saúde, mobilizando e disponibilizando tecnologias para o cuidado, numa perspectiva crítica, na medida em que busca a construção e a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores não apenas na

dimensão técnica especializada, mas, também, na dimensão sócio-política, comunicacional e de inter-relações pessoais.

A construção dos módulos tem como desafio familiarizar o aluno para o desenvolvimento de habilidades por meio de atividades que visam a manutenção da saúde da população, de ações educativas empreendidas entre cliente/comunidade objetivando a adoção de práticas de vida saudável e estimulando o autocuidado. Assim como, de ações que objetivam conhecer para proteger e preservar a saúde, minimizar riscos ao cliente ou a comunidade, além da assistência ao indivíduo em situações graves de saúde.

Contempla também atividades que situam o futuro profissional no contexto da área a desenvolver um olhar crítico da realidade da saúde no país, do modelo assistencial e do sistema de saúde vigente, contempla ainda, formas de organização do trabalho em saúde, das questões éticas e legais que permeiam os diversos processos de trabalho na área e das relações intra e inter equipes.

Desta maneira, a combinação entre a teoria e a prática é considerada essencial para o desenvolvimento das competências necessárias à formação técnica. As aulas práticas são desenvolvidas em laboratórios devidamente equipados com materiais específicos que reproduzem os ambientes existentes nos serviços de saúde.

As práticas supervisionadas, todas obrigatórias, são desenvolvidas em órgãos que compõem os elos do sistema de saúde do estado do Paraná e do município de Curitiba, sendo incluídos na carga horária da habilitação profissional e não estão desvinculados da teoria, constituindo-se e organizando o currículo.

O tempo necessário e a forma para o desenvolvimento das práticas nos órgãos de saúde são explicitados no item 6.4.2 – Prática Profissional Supervisionada, respeitando-se o cumprimento dos módulos considerados pré-requisitos para as respectivas práticas.

6.3 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

6.3.1 Concepção de Avaliação

O processo de avaliação “é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão” (LUCKESI, 1978). Este processo está permeado de várias conotações e intenções no cotidiano das pessoas e faculta múltiplas possibilidades e contribuições na efetivação do processo ensino-aprendizagem.

Para avaliar, há que sempre se considerar o que está sendo avaliado, como está sendo avaliado e porque e para que está sendo avaliado. Da mesma maneira há que se ter a clareza de que a avaliação do ensino-aprendizagem envolve: os docentes, a instituição, o discente, a sociedade. Sendo um processo dinâmico ela não acontece em um vazio e nem de forma estanque. Nessa concepção, o aluno é agente ativo do seu processo educativo. Sabendo-se antecipadamente o que e como será avaliado, as regras são estabelecidas de forma clara e com sua participação.

O processo de avaliação ensino-aprendizagem está regido pela Resolução nº 50/2017, de 14 de julho de 2017 do IFPR, que ressalta que deverá ser: diagnóstico, formativo e somativo.

O diagnóstico considera o conhecimento prévio e construído durante o processo ensino-aprendizagem, o qual abrange descrição, apreciação qualitativa dos resultados apresentado pelos envolvidos em diferentes etapas do processo educativo e indica avanços e dificuldades para intervir e agir, redefinindo ações e objetivos (IFPR, 2017).

O formativo se dá durante o todo o processo ensino-aprendizagem, sendo contínuo, interativo e centrado no processo, no qual o estudante (re)constrói seu conhecimento, o que possibilita esse acompanhamento e fornece subsídios da para a própria avaliação prática do discente (IFPR, 2017).

No âmbito somativo está implícito a avaliação dos objetivos pretendidos, apresentando os resultados em diferentes etapas e seus dados permitem o replanejamento para as próximas etapas (IFPR, 2017).

Para tanto, os instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem devem ser diversos, como por exemplo: seminários, trabalhos individuais, testes escritos, orais; demonstrações práticas em laboratórios; artigos científicos; dramatizações; portfólios; resenhas; auto avaliação, entre outros (IFPR, 2017).

Os alunos do Curso Técnico em Enfermagem do Instituto Federal do Paraná serão avaliados considerando as competências observadas no desempenho das ações estabelecidas no currículo, em consonância com a Lei nº 7.498/86, regulamentação do exercício profissional da enfermagem (BRASIL, 1986). A avaliação tem como base os objetivos do curso (unidade curricular), os conteúdos formativos e o desenvolvimento e/ou aquisição das competências e não objetiva punir nem cobrar, mas levar o aluno a desenvolver o autoconhecimento e a tomada de decisão.

No caso da prática direta em cliente, desempenhadas através de práticas profissionais supervisionadas, o aluno poderá ser avaliado pelas atitudes e habilidades no desempenho das atividades pertinentes ao momento de aprendizagem, por meio da observação direta do professor. Os itens avaliados contemplam: ética, prontidão, incorporar aspectos de direitos dos clientes, iniciativa, relação interpessoal, valorização do ser humano, assiduidade, solidariedade com a equipe, habilidade na execução das técnicas, aplicação do conhecimento teórico junto ao cliente, dentre outros.

O processo de avaliação deve considerar para quem, quê e por quê se avalia o processo ensino-aprendizagem; o envolvimento dos sujeitos participantes (gestores, docentes, estudantes, família, sociedade, etc.); a visão do estudante como sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem, ciente do que será avaliado, com as regras, critérios e instrumentos, de forma clara e democrática; a auto avaliação como parte integrante desse processo e a definição de estratégias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem mediante discussão coletiva dos resultados obtidos (IFPR, 2017).

6.3.2 Recuperação Paralela

No que tange a recuperação de estudos, em consonância com a Resolução nº 50/2017, como parte do processo ensino-aprendizagem a recuperação é obrigatória e compreende: recuperação contínua e recuperação paralela. Na recuperação contínua são desenvolvidas ações no decorrer das aulas, para a retomada de conteúdos que ainda não foram apropriados e/ou construídos pelos estudantes. A recuperação paralela se constitui como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, com vistas a superar as dificuldades encontradas pelo estudante e envolve a recuperação de conteúdos e conceitos, as quais serão realizadas por meio de aulas e instrumentos definidos pelo docente em horário diverso das disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas cursadas pelo estudante, podendo ser presencial ou não (IFPR, 2017).

Na recuperação paralela, serão ofertados estudos aos estudantes, principalmente aos que apresentarem baixo rendimento, tão logo sejam identificadas as dificuldades no processo ensino aprendizagem.

Nesse sentido, os horários serão propostos de acordo com a disponibilidade dos estudantes, visto que muitas vezes são trabalhadores e não conseguem estar presente nos horários de atendimento disponibilizados pelo docente. Este horário será definido em comum acordo entre docente e estudante. As atividades de recuperação paralela serão: estudos de caso de problemas de enfermagem que permitam aos estudantes a análise e proposta de solução; revisão dos conteúdos; estudos dirigidos dos conteúdos trabalhados em sala de aula e de situações hipotéticas que permitam ao estudante a compreensão do tema; práticas em laboratório de enfermagem; dentre outras propostas que forem pertinentes à recuperação paralela.

6.3.3 Forma de emissão de resultados

Conforme a Resolução nº 50/2017, os resultados obtidos no processo de avaliação serão emitidos por disciplinas/unidades curriculares/componentes curriculares/áreas e disponibilizados por meio eletrônico e/ou entrega individual de boletim, devendo ser expressos por conceitos, sendo:

- I. **Conceito A** – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;
- II. **Conceito B** – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;
- III. **Conceito C** – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;
- IV. **Conceito D** – quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

6.3.4 Condições de aprovação

Conforme orienta a Resolução nº 50/2017 e 54/2011 - IFPR, a aprovação dos estudantes obedecem aos seguintes critérios:

- I. Obtenção de conceito A, B ou C na disciplina/ unidade curricular/ componente curricular/ área e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total no período letivo dos cursos técnicos de nível médio;
- II. Obtenção de conceito A, B ou C na disciplina/ unidade curricular/ componente curricular/ área e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total na disciplina/ unidade curricular/ componente curricular/ área dos cursos de graduação, de pós-graduação e de qualificação profissional.

Ainda de acordo com a Resolução nº 54/2011 - IFPR, de 21 de dezembro 2011, que dispõe sobre a organização didático-pedagógica da educação profissional técnica de nível médio e formação inicial e continuada de trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná, no que se refere às faltas, não haverá abono, exceto nos casos previstos no Decreto-Lei nº 715/1969.

6.3.5 Progressão parcial

De acordo com a Resolução nº 50/2017, os estudantes dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma de oferta subsequente, na modalidade PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e no Ensino Superior que reprovarem em disciplinas / unidades curriculares / componentes curriculares / áreas deverão cursá-las novamente, podendo solicitar matrícula também em disciplinas / unidades curriculares / componentes curriculares / áreas do próximo período e mediante cumprimento dos pré-requisitos estabelecidos neste projeto pedagógico (ver Quadro 2, p. 42).

6.3.6 Certificação de conhecimentos

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (BRASIL, 1996; BRASIL, 2012).

No que se refere a conhecimentos e experiências anteriores provenientes de prática vivenciada pelo indivíduo no mundo do trabalho, o aproveitamento e certificação destas competências seguirá os critérios de teste teórico-prático (em

laboratório quando for o caso) ou em campo de prática junto ao cliente, supervisionado por um professor do curso, observando os critérios de avaliação seguidos pelo colegiado de enfermagem, conforme regulamenta a Resolução nº 54/2011 - IFPR. Ainda segundo a mesma resolução, a certificação de conhecimentos anteriores não se aplica para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bem como para Prática Profissional Supervisionada. A avaliação de conhecimentos e experiências anteriores provenientes de prática serão avaliados de acordo com cada componente curricular do curso Técnico em Enfermagem do IFPR.

Todos os módulos ofertados pelo curso Técnico em Enfermagem do Instituto Federal do Paraná são de caráter obrigatório para conclusão do curso, portanto alunos provenientes de outras instituições serão avaliados por comissão formada por professores do colegiado de enfermagem, a fim de definir quais módulos necessitam ser cursados para conclusão do curso nesta instituição.

6.3.7 Aproveitamento de estudos anteriores

Entende-se por aproveitamento de estudos anteriores a dispensa de frequência em componentes curriculares do curso do IFPR, que tenham sido cursados com êxito em outro curso / instituição, havendo correspondência entre as ementas, os programas e a carga horária dos dois cursos / instituições. Ademais, a carga horária cursada não deverá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) daquela indicada na disciplina do curso do IFPR, sendo esse domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação realizada sob a responsabilidade de comissão específica composta por professores do Colegiado do Curso Técnico em Enfermagem e um representante da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, preferencialmente Pedagogo ou Técnico em Assuntos Educacionais, de acordo com a Resolução nº 54/2011- IFPR.

De acordo com a Resolução 01/2017 – IFPR, se as ementas, programas e carga horária não atenderem aos critérios definidos, a Comissão de Análise poderá aplicar, em caráter complementar, avaliações teóricas e/ou práticas aos estudantes a

fim de verificar a apropriação dos conteúdos necessários ao aproveitamento dos componentes curriculares. A partir da análise documental apresentada pelo estudante e/ou do resultado das avaliações teórico e/ou práticas, a Comissão de Análise poderá conferir o aproveitamento de estudos por meio de plano de adequação curricular a ser cumprido pelo estudante ao longo do curso, respeitadas a natureza e especificidade pedagógica de cada curso (IFPR, 2017).

6.4 PRÁTICAS PROFISSIONAIS

6.4.1 Práticas previstas em sala de aula - Laboratório

As aulas práticas em Laboratório de Enfermagem visam a ampliação e aplicação dos conhecimentos teóricos, por meio da prática de procedimentos e técnicas de enfermagem que exigem habilidades psicomotoras e do treinamento necessário à complementação da aprendizagem, em situação simulada. O estudante observa, experimenta, treina, aplica e fundamenta os procedimentos que desenvolverá nas pessoas que cuidará durante as práticas profissionais previstas nos módulos. As práticas de laboratório favorecem a aquisição de destreza manual, cognitiva e emocional necessária para o profissional de enfermagem na prestação de cuidado/assistência. Com isso a prestação da assistência em enfermagem de modo integral e satisfatório exige do profissional estar capacitado e autoconfiante na prática das técnicas com qualidade e fundamentação científica.

6.4.2 Prática Profissional Supervisionada no campo de trabalho

Na habilitação profissional de Técnico em Enfermagem, a **Prática Profissional Supervisionada é obrigatória** e totaliza 600 horas, sendo sua carga horária

acrescida aos componentes curriculares teóricos previstos para a totalização do curso, sendo necessário o aproveitamento de 100% da Prática Profissional Supervisionada pelo estudante.

A Prática Profissional Supervisionada tem início nos serviços menos complexos como Unidades de Saúde e Unidades de Internamento Hospitalar e, progressivamente incorporando unidades especializadas como centro cirúrgico e centro obstétrico e serviços mais complexos que incluem Unidades de Tratamento Intensivo e de Urgência/Emergência.

A prática é realizada em instituição pública ou privada, após preenchimento do Termo de Convênio e do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre a Instituição de Saúde (concedente), o estudante e o interveniente (IFPR – Campus Curitiba), além do Seguro de Acidentes Pessoais, a Ficha de Acompanhamento de Prática e o Relatório de Prática Profissional Supervisionada.

O estudante terá o acompanhamento constante do professor supervisor Enfermeiro, orientando, acompanhando e avaliando os trabalhos da Prática Profissional Supervisionada. A avaliação do processo da Prática Profissional Supervisionada terá como parâmetros as competências e as habilidades essenciais para cada componente curricular.

Os dois últimos módulos correspondem à habilitação nas especificidades de formação do profissional Técnico em Enfermagem, de acordo com a Lei do Exercício Profissional, para prestar cuidados a clientes em estado grave de qualquer faixa etária. Inclui atividades das diferentes formas de organização do trabalho bem como o processo de trabalho.

Tanto para a formação do Auxiliar em Enfermagem como do Técnico em Enfermagem é obrigatório o cumprimento da Prática Profissional Supervisionada em instituições prestadoras de serviços de saúde. O colegiado de enfermagem tem como concepção de Prática Profissional Supervisionada curricular: um espaço pedagógico, onde as oportunidades de ensino-aprendizagem são ampliadas e extensivas à realidade profissional. Neste, o professor e o estudante desempenham atividades de ensino e aprendizagem; em situações reais de atendimento direto ao cliente e comunidade, colocando em prática a teoria anteriormente discutida e em outras aprendendo, revisando ou sedimentando a teoria juntamente com a prática.

Devido à prática de enfermagem ser necessariamente uma atividade que envolve o ser humano, justifica-se a prática obrigatória com supervisão direta de **Docente Enfermeiro**, durante todo o tempo em que o aluno permanecer em cuidado ao cliente, isso também assegura o cumprimento de questões éticas que envolvem as profissões que tem o ser humano como seu objeto de trabalho. Para garantir a qualidade desta prática, e respeitar a Resolução COFEN 371/2010 em seu art. 7, que determina que o número de estudante por professor, deve

“respeitar a natureza da atividade exercida, de acordo com o nível de complexidade do cliente, a saber: assistência mínima/autocuidado até 10 (dez) alunos por supervisor; assistência intermediária até 8 (oito) alunos por supervisor; assistência semi-intensiva até 6 (seis) alunos por supervisor; assistência intensiva até 5 (cinco) alunos por supervisor. Parágrafo único – Para áreas restritas ou especializadas quais sejam centro cirúrgico, centro de material ou administração entre outras, os critérios deverão ser explicitados por profissionais da instituição cedente, tendo por base as condições ambientais, programas, protocolos, resoluções, competências específicas e supervisão requerida pelo aluno e mantida pela instituição de ensino.” (COFEN, 2010).

Para propiciar a diversidade de oportunidades de ensino-aprendizagem, o Instituto Federal do Paraná mantém como campo de Prática Profissional Supervisionada diversas Instituições Prestadoras de Serviços em Saúde como a Secretaria Municipal de Saúde - SMS, Secretaria Estadual de Saúde - SESA, Complexo Hospitalar da rede Federal de Saúde (Hospital de Clínicas - UFPR e Maternidade Victor Ferreira do Amaral), Hospitais privados e filantrópicos de Curitiba e região metropolitana.

O Instituto Federal do Paraná efetua o Seguro Saúde individualizado, antes que o aluno adentre aos campos de prática, garantindo o cuidado em caso de acidentes durante a permanência destes nos referidos campos de atuação, além disso exige a apresentação do cartão de vacinação atualizado e completo.

A regulamentação da Prática Profissional Supervisionada consta no APÊNDICE 01.

6.5 CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS

Estudo da célula. Anatomia e fisiologia dos órgãos e sistemas: locomotor, cardiovascular, nervoso, sentidos, respiratório, digestivo, urinário, genital, tegumentar, linfático e endócrino. Noções e conceitos de microbiologia e biossegurança. Estudo de bactérias, vírus e fungos. Infecção e resistência. Principais agentes microbianos de importância epidemiológica e sua cadeia de transmissão. Medidas individuais e coletivas para prevenção e controle de infecções. Legislação profissional e Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Bioética aplicada à saúde. Noções básicas de farmacologia. Segurança medicamentosa. Principais grupos farmacológicos. Cálculo de administração de medicamentos. Necessidades humanas básicas. Padrões de normalidade do organismo. Instrumentos básicos para o cuidar em Enfermagem. Assistência e técnicas de enfermagem no processo do cuidar. Prática assistencial de enfermagem. Utilização de recursos tecnológicos e procedimentos técnicos no processo de cuidado integral ao paciente. Políticas públicas de atenção à mulher nos diferentes ciclos biológicos. Assistência de enfermagem no ciclo grávido-puerperal sadio e com afecções obstétricas e ginecológicas em nível primário e secundário. Atendimento imediato ao RN, erros inatos do metabolismo, aleitamento materno. Políticas públicas em saúde direcionadas à criança e ao adolescente. Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. Doenças prevalentes na infância. Alimentação infantil. Puericultura. Desfralde. Ambiente de Atendimento Pediátrico. Medicamentos e diluições em pediatria. Cuidados à criança com malformação. Cuidados à criança com deficiência. Cuidados de enfermagem em situações de urgência e emergência pediátrica. Políticas Públicas de Saúde. Funcionamento do Sistema Único de Saúde. Determinantes do Processo Saúde e Doença. A Psicologia como campo do conhecimento. A constituição da subjetividade. Qualidade de vida e sofrimento psíquico. Mecanismos de defesa e sentimentos relativos ao processo de adoecimento e morte, para o sujeito, sua família e equipe de saúde. Introdução à humanização em saúde. Estrutura de um trabalho científico. Produção de texto baseado em pesquisa realizado em periódicos científicos de enfermagem. Busca em bases de dados. Metodologia do estudo de caso.

Regulamento do trabalho de conclusão de curso e normas do IFPR. Iniciação ao trabalho de conclusão de curso. Sofrimento psíquico como inerente à condição humana. Processo saúde-doença mental e suas conexões com os contextos social, cultural e econômico. Singularidade, diferenças e introdução à psicopatologia crítica. Reforma psiquiátrica: história da “loucura” e dispositivos atuais de atendimento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPs). Cuidados da enfermagem como promotores de fortalecimento psicossocial ou de adoecimento psíquico. Prática assistencial de enfermagem desenvolvida em setor de ginecologia e obstetrícia, pediátrico e saúde coletiva. Fisiopatologia dos distúrbios clínicos, tratamento, reabilitação e cuidados de enfermagem. Princípios da oncologia e envelhecimento. Assistência de enfermagem a ser realizada ao paciente cirúrgico no período pré-operatório imediato e mediato. Assistência de enfermagem no período peri-operatório imediato e mediato. Procedimentos de Enfermagem na Atenção Primária à saúde. Vigilância Epidemiológica e Sanitária, visita domiciliar, imunizações, efeitos adversos das vacinas. Relações humanas no trabalho: diferenças individuais, preconceitos, processo grupal e trabalho em equipe, comunicação, cooperação. Política Nacional de Humanização: Humaniza SUS. Cuidado na atenção primária à saúde. Atuação no Sistema Único de Saúde. Assistência de enfermagem ao paciente adulto e idoso hospitalizado, acometido por doenças agudas e crônicas em situação clínica (doenças respiratórias, cardiovasculares, renais, gastrintestinais). Assistência de enfermagem ao paciente adulto e idoso hospitalizado, acometido por doenças agudas e crônicas em situação cirúrgica (pré, trans e pós-operatório). Significado do trabalho na sociedade contemporânea. Processo de trabalho em saúde. Bases teóricas da administração e sua aplicação no processo de trabalho da enfermagem. Trabalho em saúde: sofrimento humano, assédio moral e suicídio. Relações de poder nas organizações de saúde. Liderança e motivação em enfermagem. Relações humanas no trabalho em equipe. Treinamento e desenvolvimento da carreira em saúde. Currículo e entrevista de emprego. Assistência de enfermagem nas urgências e emergências clínicas e traumáticas em ambiente hospitalar. Conceitos e fundamentos da Unidade de Terapia Intensiva. Assistência de enfermagem ao paciente crítico. Manipulação de materiais e equipamentos utilizados nas Unidades de Terapia Intensiva. Metodologia científica, Tipologia da Pesquisa. Métodos de abordagem e

procedimentos técnicos de pesquisa. Tipologia da Pesquisa. Métodos de abordagem e procedimentos técnicos de pesquisa. Entrevista. Pesquisa de Campo. Trabalho de Conclusão de Curso. Assistência de enfermagem de modo integral ao paciente em estado grave sob tratamento intensivo. Assistência de enfermagem de modo integral ao paciente em urgência e emergência.

6.6 COMPONENTES CURRICULARES

Os componentes estão descritos na matriz curricular, conforme Item 6.14.

6.7 RAZÕES E OBJETIVOS PEDAGÓGICOS PARA O/S TURNO/S E HORÁRIOS DO CURSO

O curso Técnico em Enfermagem do Campus Curitiba desenvolve suas atividades no período matutino, da seguinte forma:

- Aulas teóricas e práticas em laboratório: 07h15min às 12h35min;
- Prática Profissional Supervisionada: 06h45min às 11h45min

Essa formatação deve-se ao fato de que o período matutino apresenta melhores condições de campo para Prática Profissional Supervisionada. As instituições de saúde, (hospitais, clínicas e Unidade de Pronto Atendimento - UPA), têm a maioria das suas atividades concentradas no período da manhã (higiene, exames laboratoriais e de diagnóstico, visita médica, procedimentos específicos, entre outros). Nas Unidades de Saúde Básica – UBS, o fluxo é contínuo durante o dia todo, mas com maior concentração também pela manhã. Desta forma, possibilitamos ao estudante a oportunidade de vivenciar o conteúdo desenvolvido em sala de aula e laboratório com maior riqueza de detalhes e situações práticas.

6.8 DURAÇÃO DA HORA-AULA

A duração da hora-aula no Curso Técnico em Enfermagem será de 50 minutos.

6.9 CRITÉRIOS PARA ISONOMIA NA OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Para o desenvolvimento do curso todos os componentes curriculares apresentados nos módulos são importantes. A carga horária de cada módulo e seus respectivos componentes curriculares foram definidos de acordo com a característica da área de Enfermagem e a necessidade de formação generalista do futuro profissional.

6.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares previstas na matriz curricular poderão ser: participações em projetos especiais do campus ou da região, em eventos (congressos, simpósios, fóruns e outros), atividades sociais e de voluntariado; atividades de saúde desenvolvidas no campus, entre outros.

A regulamentação das atividades complementares consta do APÊNDICE 03.

6.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS

O Trabalho de Conclusão do Curso do Técnico em Enfermagem é uma ferramenta pedagógica que visa valorizar a autonomia no processo de aprendizagem e possibilitar ao estudante, além da apreensão dos conteúdos essenciais para sua atuação profissional, investir em sua formação pessoal, no sentido de elevar as condições de aprendizagens atuais e futuras.

Esse trabalho está denominado como “Experiências Vivenciadas” em que o estudante apresenta de forma elaborada e normatizada a sua experiência durante a trajetória do curso.

A normatização encontra-se discriminada no APÊNDICE 02.

6.12 VISITAS TÉCNICAS E/OU EVENTOS DO CURSO

As visitas técnicas têm como objetivo ampliar a visão do estudante sobre a realidade e possibilidades de trabalho na Enfermagem. Essas visitas serão programadas e acompanhadas pelos docentes do curso, podendo ser em: laboratórios, serviços de alta complexidade; Instituto Médico Legal; Conselhos Regionais de Enfermagem (Paraná e outros estados); Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional; entre outros.

6.13 TEMAS TRANSVERSAIS

Embora o curso Técnico em Enfermagem seja ofertado na forma subsequente, desenvolvemos nos diversos componentes curriculares os temas transversais previstos na legislação: prevenção de todas as formas de violência contra a criança e

o adolescente (Lei nº 8.069/1990); segurança no trânsito (artigo 74 a 76 da Lei nº 9.503/1997); educação ambiental (Lei nº 9.795/1999; artigos 5º e 6º do Decreto nº 4.281/2002 e Resolução CNE/CP nº 02/2012); processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (artigo 22 da Lei nº 10.741/2003); educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009; Resolução CNE/CP nº 01/2012; Resolução CNE/CEB nº 06/2012); e educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012).

Tais temas transversais são abordados dentro dos diversos componentes curriculares do curso, como por exemplo: Enfermagem em Saúde do RN, Criança e Adolescente, Enfermagem em Urgência e Emergência, Biossegurança nos Serviços de Saúde, Enfermagem em Cuidado Clínico, Bioética e Legislação em Enfermagem, Saúde Coletiva, entre outros. A forma como os temas são trabalhados inclui a abordagem dos conteúdos em aulas teóricas, teórico-práticas, palestras com profissionais atuantes na prática e/ou participação dos alunos em eventos organizados pelos professores (como a Semana de Enfermagem), por instituições de saúde ou pelo Conselho Regional de Enfermagem (Coren-PR).

6.14 MATRIZ CURRICULAR

A organização curricular do curso prioriza a construção do conhecimento de modo a permitir que o futuro profissional articule a teoria e a prática, com capacidade de mobilizar saberes (desenvolvidos ao longo da vida social, escolar e laboral) para agir em situações cotidianas e na compreensão do mundo do trabalho.

Esta metodologia adota características específicas na oferta de uma prática centrada no desempenho. Procura favorecer mecanismos de simulação utilizando o laboratório de Enfermagem e contato direto com as condições reais de trabalho. Incentiva a aplicação de noções gerais em várias situações orientadas para o desenvolvimento da autonomia do aluno, para que ele possa fazer uso do que sabe, visando a transformação da realidade.

O processo ensino-aprendizagem proposto e as transformações sociais, no mundo do trabalho e no campo da ciência, são instrumentos teórico-práticos capazes

de orientar a tomada de decisões nos diferentes enfrentamentos da vida profissional. A formação dos alunos é vista como um processo global e complexo, no qual conhecer e intervir na realidade são indissociáveis. O comprometimento com a preparação de trabalhadores para a inserção no mundo do trabalho permite oferecer e adequar a criação de ambientes pedagógicos que favoreçam o acesso à informação, o contato com várias linguagens (impressa, televisiva, e multimídia), que possibilitem diferentes formas de ler, de olhar, de interpretar uma dada realidade, propiciando, inclusive, a geração de novas informações, novos significados.

A partir desse entendimento optou-se pela matriz curricular em módulos, visto que procura, dentro de uma visão interdisciplinar, estabelecer um compromisso com a articulação do conhecimento, no qual os módulos e componentes curriculares interagem e passam a depender uns dos outros, formando um enriquecimento recíproco. A matriz curricular por módulos permite ênfase entre teoria e prática, sendo fundamental para a integração entre ensino serviço-comunidade (LEITE et al, 2011).

Também, a estrutura modular propicia o processo ensino-aprendizagem de forma significativa, pois mescla as experiências educativas anteriores influenciando a assimilação do novo conhecimento. O confronto com a realidade ou simulações da realidade, considerando os saberes necessários naquele momento curricular, permite a substituição da transferência fragmentada de informações e memorização, por construção e significação de saberes (Albuquerque, 2010).

A matriz curricular favorece a construção do conhecimento, através de conceitos, contextos teóricos e práticas organizadas em torno de unidades globais, compartilhadas pelos vários módulos e componentes curriculares, proporcionando aprendizagem, e capacitando o estudante a enfrentar problemas que transcendem o limite de uma componente curricular concreta e a detectar, analisar e solucionar problemas novos e sob diferentes perspectivas.

Esta estrutura deverá garantir os princípios de autonomia institucional, flexibilidade, integração estudo e trabalho, e pluralidade no currículo. Em síntese, esta matriz curricular deverá garantir a formação de perfis profissionais dotados de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) que possibilitem ao profissional a compreensão global e reflexão crítica do processo de trabalho em saúde, com iniciativa e

capacidade de resolver problemas, trabalhar em equipe multiprofissional, aprender continuamente e pautar-se por princípios éticos.

A distribuição dos módulos e respectivos componentes curriculares em horas e hora/aula, apresenta-se no Quadro 1.

QUADRO 1 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

1º SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	CH TEORIA (relógio)	CH TEORIA (hora/aula)	CH PPS (relógio)
MÓDULO 1	Anatomia e Fisiologia Humana	85	102	-
	Biossegurança nos Serviços de Saúde	51	61	-
	Bioética e Legislação em Enfermagem	33	40	-
	Noções de Farmacologia	33	40	-
	Fundamentos de Enfermagem	100	120	-
	Prática Clínica Simulada	50	60	-
MÓDULO 2	Prática Profissional Supervisionada – Fundamentos de Enfermagem	-	-	110
TOTAL MÓDULOS 1 e 2		462 horas		
2º SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	CH TEORIA (relógio)	CH TEORIA (hora/aula)	CH PS (relógio)
MÓDULO 3	Enfermagem em Saúde da Mulher	85	102	-
	Enfermagem em Saúde do RN, Criança e Adolescente	85	102	-
	Enfermagem em Saúde Coletiva I	33	40	-
	Relações interpessoais I	17	20	-
	TCC - Experiências Vivenciadas I	17	20	-
	Enfermagem em Saúde Mental	68	81	-
MÓDULO 4	Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Saúde da Mulher	-	-	75
	Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Saúde do RN, Criança e Adolescente	-	-	75
TOTAL MÓDULOS 3 e 4		455 horas		

3º SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	CH TEORIA (relógio)	CH TEORIA (hora/aula)	CH PS (relógio)
MÓDULO 5	Enfermagem em Cuidado Clínico	85	102	-
	Enfermagem em Cuidado Cirúrgico	85	102	-
	Enfermagem em Saúde Coletiva II	51	61	-
	Relações Interpessoais II	17	20	-
MÓDULO 6	Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Saúde Coletiva	-	-	68
	Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Cuidado Clínico	-	-	68
	Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Cuidado Cirúrgico	-	-	68
TOTAL MÓDULOS 5 e 6		442 horas		
4º SEMESTRE	COMPONENTES CURRICULARES	CH TEORIA (relógio)	CH TEORIA (hora/aula)	CH PS (relógio)
MÓDULO 7	Noções de Administração nos Serviços de Enfermagem	85	102	-
	Enfermagem em Urgência e Emergência	85	102	-
	Enfermagem em Cuidados Intensivos	102	122	-
	TCC - Experiências Vivenciadas II	33	40	-
MÓDULO 8	Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Urgência e Emergência	-	-	68
	Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Cuidados Intensivos	-	-	68
TOTAL MÓDULOS 7 e 8		441 horas		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		20 horas		
CARGA HORÁRIA TOTAL		1820		

O Quadro 2 apresenta os pré-requisitos exigidos para cada componente curricular. Pré-requisito é a aquisição de conhecimentos inerentes a determinado componente curricular já adquiridos em estudos anteriores (KUDZIELICZ, 1973).

Quatro módulos do curso (2, 4, 6 e 8) são exclusivos para a realização de Práticas Profissionais Supervisionadas (PPS), que contemplam todos os níveis de complexidade da assistência de enfermagem. Os estudantes matriculados nestes módulos devem ser capazes de prestar uma assistência com embasamento teórico e conhecimento técnico-científico suficientes para garantir a segurança do paciente, e para tanto, faz-se necessário que estejam aprovados nos componentes curriculares que são pré-requisitos para cada PPS.

A terminalidade em Auxiliar de Enfermagem compreende a aprovação nos componentes curriculares dos módulos 1 a 6, totalizando 1359 horas. Os módulos 7 e 8 contemplam os componentes curriculares específicos para a habilitação em Técnico de Enfermagem, e para cursá-los, o estudante deve estar aprovado em todos os componentes curriculares do nível de Auxiliar de Enfermagem.

QUADRO 2 – PRÉ-REQUISITOS DE CADA COMPONENTE CURRICULAR

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITOS
1º SEMESTRE	
MÓDULO 1	
Anatomia e Fisiologia Humana	-
Biossegurança nos Serviços de Saúde	-
Bioética e Legislação em Enfermagem	-
Noções de Farmacologia	-
Fundamentos de Enfermagem	-
Prática Clínica Simulada	-
MÓDULO 2	
Prática Profissional Supervisionada – Fundamentos de Enfermagem	<ul style="list-style-type: none"> - Anatomia e Fisiologia Humana - Biossegurança nos Serviços de Saúde - Bioética e Legislação em Enfermagem

	<ul style="list-style-type: none"> - Noções de Farmacologia - Fundamentos de Enfermagem - Prática Clínica Simulada
2º SEMESTRE	
MÓDULO 3	
Enfermagem em Saúde da Mulher	-
Enfermagem em Saúde do RN, Criança e Adolescente	-
Enfermagem em Saúde Coletiva I	-
Relações interpessoais I	-
TCC - Experiências Vivenciadas I	-
Enfermagem em Saúde Mental	-
MÓDULO 4	
Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Saúde da Mulher	<ul style="list-style-type: none"> - Prática Profissional Supervisionada – Fundamentos de Enfermagem - Enfermagem em Saúde da Mulher
Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Saúde do RN, Criança e Adolescente	<ul style="list-style-type: none"> - Prática Profissional Supervisionada – Fundamentos de Enfermagem - Enfermagem em Saúde do RN, Criança e Adolescente
3º SEMESTRE	
MÓDULO 5	
Enfermagem em Cuidado Clínico	-
Enfermagem em Cuidado Cirúrgico	-
Enfermagem em Saúde Coletiva II	<ul style="list-style-type: none"> - Enfermagem em Saúde Coletiva I - Enfermagem em Saúde da Mulher - Enfermagem em Saúde do RN, Criança e Adolescente
Relações Interpessoais II	- Relações Interpessoais I
MÓDULO 6	
Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Saúde Coletiva	<ul style="list-style-type: none"> - Prática Profissional Supervisionada – Fundamentos de Enfermagem - Enfermagem em Saúde Coletiva I - Enfermagem em Saúde Coletiva II
Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Cuidado Clínico	<ul style="list-style-type: none"> - Prática Profissional Supervisionada – Fundamentos de Enfermagem - Enfermagem em Cuidado Clínico

Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Cuidado Cirúrgico	- Prática Profissional Supervisionada – Fundamentos de Enfermagem - Enfermagem em Cuidado Cirúrgico
4º SEMESTRE	
MÓDULO 7	
Noções de Administração nos Serviços de Enfermagem	Módulos 1 ao 6
Enfermagem em Urgência e Emergência	Módulos 1 ao 6
Enfermagem em Cuidados Intensivos	Módulos 1 ao 6
TCC - Experiências Vivenciadas II	Módulos 1 ao 6
MÓDULO 8	
Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Urgência e Emergência	- Enfermagem em Urgência e Emergência
Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Cuidados Intensivos	- Enfermagem em Cuidados Intensivos

6.15 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde
Componente Curricular: Anatomia e Fisiologia Humana	
Carga Horária (hora aula): 85 (102)	Período Letivo: 1º semestre
Ementa: Estudo da célula. Anatomia e fisiologia dos órgãos e sistemas: locomotor, cardiovascular, nervoso, sentidos, respiratório, digestivo, urinário, genital, tegumentar, linfático e endócrino.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - MARTINI, F. Atlas do corpo humano. Porto Alegre: Artmed, 2009. - NERES, A.C.S.; ARAÚJO, T.B. Anatomia e fisiologia humana. Brasília, DF: NT Editora, 2014. - RIZZO, D.C. Fundamentos de anatomia e fisiologia. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 	

- SHERWOOD, L. **Fisiologia humana: das células aos sistemas**. 7ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

- TORTORA, G.J.; DERRICKSON, B. **Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 10ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Bibliografia Complementar

- COSTANZO, L.S. **Fisiologia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

- GUYTON A.C; HALL J.E. **Tratado de fisiologia médica**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier: 2011.

- NETTER FH. **Atlas de anatomia humana**. 5ª ed. Elsevier, 2011.

- PAULSEN, F. WASCHKE, J. (coord.). **Sobotta - atlas de anatomia humana: anatomia geral e sistema muscular**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

Componente Curricular: Biossegurança nos Serviços de Saúde

Carga Horária (hora aula): 51 (61)

Período Letivo: 1º semestre

Ementa:

Noções e conceitos de microbiologia e biossegurança. Estudo de bactérias, vírus e fungos. Infecção e resistência. Principais agentes microbianos de importância epidemiológica e sua cadeia de transmissão. Medidas individuais e coletivas para prevenção e controle de infecções. Educação ambiental.

Bibliografia Básica

- BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P.; GONÇALVES, E.; SOARES, S. P. S. **Biossegurança. Ações hospitalares para a promoção da saúde**. 1 ed. São Paulo: Editora Érica, 2014.

- HINRICHSEN, S. L. **Biossegurança e controle de infecções. Risco sanitário hospitalar**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2018.

- MURRAY, P. R.; ROSENTHAL, K. S.; PFALLER, M. A. **Microbiologia Médica**. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

- TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C.L. **Microbiologia**. 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

- TRABULSI, L. R.; ALTHERTUM, F. **Microbiologia**. 6 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

Bibliografia Complementar

- BRANDÃO, W. A. L. N. T. M. **Microbiologia**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2012.
- BROOKS, G. F. et al. **Microbiologia Médica de Jawetz, Melnick e Adelberg**. 25 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies**. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2012. Disponível em: <<https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/seguranca-do-paciente-em-servicos-de-saude-limpeza-e-desinfeccao-de-superficies>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- SILVA, A. S. F.; RIBEIRO, N. C.; RISSO, M. **Biossegurança em Odontologia e Ambientes de Saúde**. 2 ed. São Paulo: Ícone, 2009.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem **Eixo Tecnológico:** Ambiente e Saúde

Componente Curricular: Bioética e Legislação em Enfermagem

Carga Horária (hora aula): 33 (40) **Período Letivo:** 1º semestre

Ementa:

Legislação profissional e Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Bioética aplicada à saúde. Educação em Direitos Humanos.

Bibliografia Básica

- BARCHIFONTAINE, C. P.; PESSINI, L. R; HOSSNE, S. W. **Bioética no século XXI: anseios, receios e devaneios**. São Paulo: Loyola, 2017.
- FREITAS, G.F.; OGUISSO, T. **Ética no contexto da prática de enfermagem**. Rio de Janeiro: MedBook, 2010.
- GUILHEM, D.; DINIZ, D. **O que é ética em pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2014.
- OGUISSO, T.; SCHMIDT, M. J. **O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- ORTO, F.; AMORIM, W. **História da enfermagem: identidade, profissionalização e símbolos**. São Caetano do Sul: Yendis, 2013.

Bibliografia Complementar

- COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. **Legislação** – Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/categoria/legislacao/leis>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- _____. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html>. Acesso em: 11 set. 2019.

- DURAND, G. **Introdução geral à bioética**: história, conceitos e instrumentos. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- FONTINELE JÚNIOR, K. **Ética e bioética em enfermagem**. 3. ed. Goiania: AB Ed., 2007.
- PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. de. **Problemas atuais de bioética**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- RIBEIRO, G. P. L.; TEIXEIRA, A. C. B. (Coord.). **Bioética e direitos da pessoa humana**. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem **Eixo Tecnológico:** Ambiente e Saúde

Componente Curricular: Noções de Farmacologia

Carga Horária (hora aula): 33 (40) **Período Letivo:** 1º semestre

Ementa:

Noções básicas de farmacologia. Segurança medicamentosa. Principais grupos farmacológicos. Cálculo de administração de medicamentos.

Bibliografia Básica

- KATZUNG, B. G.; TREVOR, A. **Farmacologia básica e clínica**. 13. ed. São Paulo: AMGH editora Ltda, 2017.
- MAYER, B. **Noções de farmacologia**: ambiente, saúde e segurança. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.
- SILVA, M.T.; SILVA, S.R.L.P.T. **Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem**. 3. ed. São Paulo: Martinari, 2011.

Bibliografia Complementar

- ÁVILA, L.C.; FONSECA, A.L.; ALMEIDA, L.M.Q. **AME 10 Anos**: dicionário de administração de medicamentos na enfermagem, 2009- 2010. Rio de Janeiro: EPUB, 2009.
- BRUNTON, L. et al. **Goodman e Gilman**: manual de farmacologia e terapêutica. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L. **Farmacologia clínica**: fundamentos da terapêutica racional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- RANG, H. P. et al. **Rang & Dale**: farmacologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Fundamentos de Enfermagem	
Carga Horária (hora aula): 100 (120)	Período Letivo: 1º semestre
Ementa: Necessidades humanas básicas. Padrões de normalidade do organismo. Instrumentos básicos para o cuidar em Enfermagem. Assistência e técnicas de enfermagem no processo do cuidar.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - NETTINA, S. M. Prática de enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. - POTTER, P. A.; PERRY, A. G. Fundamentos de enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. - TAYLOR, C. R. T.; LILLIS, C.; LEMONE, P. et al. Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. - TIMBY, B. K. Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. - WILKINSON, J. M.; LEUVEN, K. V. Fundamentos de enfermagem: teoria, conceitos e aplicações. 1 ed. São Paulo: Roca, 2010. vol. 1. - WILKINSON, J. M.; LEUVEN, K. V. Fundamentos de enfermagem: pensando e fazendo. 1 ed. São Paulo: Roca, 2010. vol. 2. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - FIGUEIREDO, N. M. A. de. et al. Administração de medicamentos: revisando uma prática de enfermagem. São Caetano do Sul: Yendis, 2011. - GALINDO, C. et al. Técnicas básicas de enfermagem. 22ª ed. Curitiba: Base Editorial, 2010. - HARADA, M. de J.C.S.; PEDREIRA, M.L.G. (Org.). Terapia intravenosa e infusões. São Caetano do Sul: Yendis, 2011. - KAWAMOTO, E. E.; FORTES, J. I. Fundamentos de enfermagem. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. - LYNN, P. Manual de habilidades de enfermagem clínica de Taylor. Porto Alegre: Artmed, 2012. - MOTTA, A. L. C. Normas, rotinas e técnicas de enfermagem. 6ª ed. São Paulo: Látria, 2011. - PERRY, A. G.; POTTER, P. A.; DESMARAIS, P. L. Guia completo de procedimentos e competências de enfermagem. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. - WHITE, L.; DUNCAN, G.; BAUMLE, W. Fundamentos de enfermagem básica. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 	

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Prática Clínica Simulada	
Carga Horária (hora aula): 50 (60)	Período Letivo: 1º semestre
Ementa: Prática de cuidados de enfermagem em ambiente simulado.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - NETTINA, S. M. Prática de enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. - POTTER, P. A.; PERRY, A. G. Fundamentos de enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. - TAYLOR, C. R. T.; LILLIS, C.; LEMONE, P. et al. Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. - TIMBY, B. K. Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. - WILKINSON, J. M.; LEUVEN, K. V. Fundamentos de enfermagem: teoria, conceitos e aplicações. 1 ed. São Paulo: Roca, 2010. vol. 1. - WILKINSON, J. M.; LEUVEN, K. V. Fundamentos de enfermagem: pensando e fazendo. 1 ed. São Paulo: Roca, 2010. vol. 2. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - FIGUEIREDO, N. M. A. de. et al. Administração de medicamentos: revisando uma prática de enfermagem. São Caetano do Sul: Yendis, 2011. - GALINDO, C. et al. Técnicas básicas de enfermagem. 22ª ed. Curitiba: Base Editorial, 2010. - HARADA, M. de J.C.S.; PEDREIRA, M.L.G. (Org.). Terapia intravenosa e infusões. São Caetano do Sul: Yendis, 2011. - KAWAMOTO, E. E.; FORTES, J. I. Fundamentos de enfermagem. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. - LYNN, P. Manual de habilidades de enfermagem clínica de Taylor. Porto Alegre: Artmed, 2012. - MOTTA, A. L. C. Normas, rotinas e técnicas de enfermagem. 6ª ed. São Paulo: látria, 2011. - PERRY, A. G.; POTTER, P. A.; DESMARAIS, P. L. Guia completo de procedimentos e competências de enfermagem. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. - WHITE, L.; DUNCAN, G.; BAUMLE, W. Fundamentos de enfermagem básica. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 	

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Prática Profissional Supervisionada - Fundamentos de Enfermagem	
Carga Horária: 110h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa: Prática assistencial de enfermagem. Utilização de recursos tecnológicos e procedimentos técnicos no processo de cuidado integral ao paciente.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - NETTINA, S. M. Prática de enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. - POTTER, P. A.; PERRY, A. G. Fundamentos de enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. - TAYLOR, C. R. T.; LILLIS, C.; LEMONE, P. et al. Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. - TIMBY, B. K. Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. - WILKINSON, J. M.; LEUVEN, K. V. Fundamentos de enfermagem: teoria, conceitos e aplicações. 1 ed. São Paulo: Roca, 2010. vol. 1. - WILKINSON, J. M.; LEUVEN, K. V. Fundamentos de enfermagem: pensando e fazendo. 1 ed. São Paulo: Roca, 2010. vol. 2. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - FIGUEIREDO, N. M. A. de. et al. Administração de medicamentos: revisando uma prática de enfermagem. São Caetano do Sul: Yendis, 2011. - GALINDO, C. et al. Técnicas básicas de enfermagem. 22ª ed. Curitiba: Base Editorial, 2010. - HARADA, M. de J.C.S.; PEDREIRA, M.L.G. (Org.). Terapia intravenosa e infusões. São Caetano do Sul: Yendis, 2011. - KAWAMOTO, E. E.; FORTES, J. I. Fundamentos de enfermagem. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. - LYNN, P. Manual de habilidades de enfermagem clínica de Taylor. Porto Alegre: Artmed, 2012. - MOTTA, A. L. C. Normas, rotinas e técnicas de enfermagem. 6ª ed. São Paulo: Látria, 2011. - PERRY, A. G.; POTTER, P. A.; DESMARAIS, P. L. Guia completo de procedimentos e competências de enfermagem. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 	

- WHITE, L.; DUNCAN, G.; BAUMLE, W. **Fundamentos de enfermagem básica**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Enfermagem em Saúde da Mulher	
Carga Horária (hora aula): 85 (102)	Período Letivo: 2º semestre
Ementa: Políticas públicas de atenção à mulher nos diferentes ciclos biológicos. Assistência de enfermagem no ciclo grávido-puerperal sadio e com afecções obstétricas e ginecológicas em nível primário e secundário. Atendimento imediato ao RN, erros inatos do metabolismo, aleitamento materno.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - BARROS, S.M.O. Enfermagem no ciclo gravídico puerperal. Barueri: Manole, 2006. - BRIQUET, R. et al. Obstetrícia normal. Barueri: Manole, 2010. - FERNANDES, R.A.Q.; NARCHI, N.Z. Enfermagem e saúde da mulher. Barueri: Manole, 2007. - ORSHAN, S.A. Enfermagem na saúde das mulheres, das mães e dos recém-nascidos: o cuidado ao longo da vida. Porto Alegre: Artmed, 2010. - TAMEZ, R.N. Enfermagem na UTI neonatal: assistência ao recém-nascido de alto risco. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2017. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. 1 ed. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019. - CARVALHO, G.M. Enfermagem em obstetrícia. 3 ed. São Paulo: EPU, 2007. - CARVALHO, G.M. Enfermagem em ginecologia. 1 ed. São Paulo: EPU, 2004. - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Planejamento Familiar. Um manual global para profissionais e serviços de saúde, 2007. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44028/9780978856304_por.pdf;jsessionid=3502467833E6AACD869F63158F0074A6?sequence=6>. Acesso em: 11 set. 2019. 	

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde
Componente Curricular: Enfermagem em Saúde do RN, Criança e Adolescente	
Carga Horária (hora aula): 85 (102)	Período Letivo: 2º semestre
Ementa: Políticas públicas em saúde direcionadas à criança e ao adolescente. Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. Doenças prevalentes na infância. Alimentação infantil. Puericultura. Desfralde. Ambiente de Atendimento Pediátrico. Medicamentos e diluições em pediatria. Cuidados à criança com malformação. , Cuidados à criança com deficiência. Cuidados de enfermagem em situações de urgência e emergência pediátrica. Prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - ALMEIDA, F.A.A.; SABATÉS, A.L. Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital. Barueri: Manole, 2008. - HOCKENBERRY, M.J.; WILSON, D. Wong - fundamentos de enfermagem pediátrica. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. - KLIEGMAN, R.M; MARCDANTE, K. Nelson princípios de pediatria. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - GOLDENZWEIG, S. Administração de medicamentos na enfermagem. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. - NETTINA, S.M. Prática de enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. - SOARES, M.A.M. Enfermagem - cuidados básicos ao indivíduo hospitalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010. - VIANA, D.L. Boas práticas de enfermagem. São Caetano do Sul: Yendis, 2010. 	

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Enfermagem em Saúde Coletiva I	
Carga Horária (hora aula): 33 (40)	Período Letivo: 2º semestre
Ementa: Políticas Públicas de Saúde. Funcionamento do Sistema Único de Saúde. Determinantes do Processo Saúde e Doença. Educação alimentar e nutricional.	

Bibliografia Básica

- CAMPOS, G. W. S. **Tratado de saúde coletiva**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- FIGUEIREDO, N. M. A. **Ensinando a Cuidar em Saúde Pública**. 2 ed. São Paulo: Yendis, 2012.
- ROUQUAYROL, M. Z; FILHO, M. Z. **Epidemiologia e Saúde**. 7 ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

Bibliografia Complementar

- ANDRADE, S. de; SOARES, D. A.; CORDONI JÚNIOR, L. (Org.). **Bases da saúde coletiva**. Londrina: EDUEL, 2001.
- BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Capacitação de enfermeiros em saúde pública para o Sistema Único de Saúde**: administração de enfermagem em serviços locais de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1994.
- MENDES, E. V.; TEIXEIRA, C. F. (Org.) et al. **Distrito sanitário**: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, 1993.
- VAUGHAN, J. P. **Epidemiologia para municípios**: manual para gerenciamento dos distritos sanitários. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

Componente Curricular: Relações Interpessoais I

Carga Horária (hora aula): 17 (20)

Período Letivo: 2º semestre

Ementa:

A Psicologia como campo do conhecimento. A constituição da subjetividade. Qualidade de vida e sofrimento psíquico. Mecanismos de defesa e sentimentos relativos ao processo de adoecimento e morte, para o sujeito, sua família e equipe de saúde. Introdução à humanização em saúde.

Bibliografia Básica

- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- FARAH, O. G. D.; SÁ, A. C. de (Org.). **Psicologia aplicada à enfermagem**. São Paulo: Manole, 2008.

- KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LIPP, M. E. N. (Org.). **Sentimentos que causam stress**: como lidar com eles. 3 ed. Campinas: Papirus, 2012.
- STEFANELLI, M.C.; CARVALHO, E. C. de (Org.). **A comunicação nos diferentes contextos da enfermagem**. 2 ed. Barueri: Manole, 2012.

Bibliografia Complementar

- BRÊTAS, A. C. P; GAMBA, M. A. (Org.). **Enfermagem e saúde do adulto**. Barueri: Manole, 2006.
- JACQUES, M. G.; CODO, W. **Saúde mental e trabalho**: leituras. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal**: treinamento em grupo. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- PRETTE, A. del; PRETTE, Z. P. del (Org.). **Psicologia das habilidades sociais**: terapia, educação e trabalho. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- RIOS, I. C. **Caminhos da humanização na saúde**: prática e reflexão. São Paulo: Áurea, 2009. Disponível em: <http://hc.fm.usp.br/humaniza/pdf/livro/livro_dra_izabel_rios_caminhos_da_humanizacao_saude.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem **Eixo Tecnológico:** Ambiente e Saúde

Componente Curricular: TCC - Experiências Vivenciadas I

Carga Horária (hora aula): 17 (20) **Período Letivo:** 2º semestre

Ementa:

Estrutura de um trabalho científico. Produção de texto baseado em pesquisa realizado em periódicos científicos de enfermagem. Busca em bases de dados. Metodologia do estudo de caso. Regulamento do trabalho de conclusão de curso e normas do IFPR. Iniciação ao trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica

- BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**: introdução à metodologia científica. 24 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.
- DYNIEWICZ, A. M. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3 ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Instituto Federal do Paraná. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR)**. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.
- BRASILEIRO, M.E. **Metodologia da pesquisa científica aplicada à enfermagem**. Goiânia: AB, 2011.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- FLICK, U. **Introdução a metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem **Eixo Tecnológico:** Ambiente e Saúde

Componente Curricular: Enfermagem em Saúde Mental

Carga Horária (hora aula): 68 (81) **Período Letivo:** 2º semestre

Ementa:

Sofrimento psíquico como inerente à condição humana. Processo saúde-doença mental e suas conexões com os contextos social, cultural e econômico. Singularidade, diferenças e introdução à psicopatologia crítica. Reforma psiquiátrica: história da “loucura” e dispositivos atuais de atendimento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPs). Cuidados da enfermagem como promotores de fortalecimento psicossocial ou de adoecimento psíquico.

Bibliografia Básica

- AMARANTE, P. (Coord.). **Loucos pela vida, a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Instituto Oswaldo Cruz. **Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- DUNKER, C. **Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano**. São Paulo: Editora Ubu, 2017.
- HENRIQUES, R. P. **Psicopatologia crítica: guia didático para estudantes e profissionais de psicologia**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.
- ROCHA, R. M. **Enfermagem em saúde mental**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

Bibliografia Complementar

- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

- BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 de abr. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 17 set. 2019.
- _____. Ministério da Saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.
- _____. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 34: Saúde Mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Formação em saúde mental (crack, álcool e outras drogas) para agentes comunitários de saúde e auxiliares/técnicos em enfermagem da Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://www.caminhosdocuidado.org/wp-content/uploads/2013/08/caderno_do_aluno-leitura.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

Componente Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Saúde da Mulher

Carga Horária: 75h

Período Letivo: 2º semestre

Ementa:

Prática assistencial de enfermagem desenvolvida em setor de ginecologia e obstetria.

Bibliografia Básica

- BARROS, S.M.O. **Enfermagem no ciclo gravídico puerperal**. Barueri: Manole, 2006.
- BRIQUET, R. et al. **Obstetrícia normal**. Barueri: Manole, 2010.
- FERNANDES, R.A.Q.; NARCHI, N.Z. **Enfermagem e saúde da mulher**. Barueri: Manole, 2007.
- ORSHAN, S.A. **Enfermagem na saúde das mulheres, das mães e dos recém-nascidos: o cuidado ao longo da vida**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- TAMEZ, R.N. **Enfermagem na UTI neonatal: assistência ao recém-nascido de alto risco**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2017.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva** – 1. ed., 1. reimpr. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.
- CARVALHO, G.M. **Enfermagem em obstetrícia**. 3 ed. São Paulo: EPU, 2007.
- CARVALHO, G.M. **Enfermagem em ginecologia**. 1 ed. São Paulo: EPU, 2004.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Planejamento Familiar. Um manual global para profissionais e serviços de saúde**, 2007. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44028/9780978856304_por.pdf;jsessionid=3502467833E6AACD869F63158F0074A6?sequence=6>. Acesso em: 11 set. 2019.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde

Componente Curricular: Prática Profissional Supervisionada – Enfermagem em Saúde do RN, Criança e Adolescente

Carga Horária: 75h

Período Letivo: 2º semestre

Ementa:

Ambiente de Atendimento Pediátrico. Cuidados de enfermagem na área hospitalar e técnicas de enfermagem direcionadas à crianças e adolescentes. Medicamentos e diluições em pediatria.

Bibliografia Básica

- ALMEIDA, F.A.A.; SABATÉS, A.L. **Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital**. Barueri: Manole, 2008.

- HOCKENBERRY, M.J.; WILSON, D. **Wong - fundamentos de enfermagem pediátrica**. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

- KLIEGMAN, R.M; MARCDANTE, K. **Nelson princípios de pediatria**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

Bibliografia Complementar

- GOLDENZWEIG, S. **Administração de medicamentos na enfermagem**. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

- NETTINA, S.M. **Prática de enfermagem**. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

- SOARES, M.A.M. **Enfermagem - cuidados básicos ao indivíduo hospitalizado**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

- VIANA, D.L. **Boas práticas de enfermagem**. São Caetano do Sul: Yendis, 2010.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.

Componente Curricular: Enfermagem em Cuidado Clínico

Carga Horária (hora aula): 85 (102)

Período Letivo: 3º semestre

Ementa:

Fisiopatologia dos distúrbios clínicos, tratamento, reabilitação e cuidados de enfermagem. Princípios da oncologia. Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Bibliografia Básica

- MARTINS, H.S. et al. **Emergências clínicas: abordagem prática**. 3 ed. ampl. e rev. Barueri: Manole, 2007.

- OLIVEIRA, R. G. **Blackbook - clínica médica: medicamentos e rotinas médicas**. 2 ed. Belo Horizonte: Black Book, 2014, 810p.

- SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. **Brunner & Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 12 ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Bibliografia Complementar

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37). Disponível em: <http://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTIxNA==http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Diabetes Mellitus**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36). Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.
- FIGUEIREDO, N. M. A. et al (Org.). **Enfermagem oncológica: conceitos e práticas**. 1 ed. São Paulo: Yendis, 2009.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Atenção à Saúde. **Linha guia de hipertensão arterial / SAS**. 2 ed. Curitiba: SESA, 2018. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/HIPER_R_4_web.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.
- RIBEIRO, A. B.; PLAVNIK, F. L. (Coord.). **Atualização em hipertensão arterial: clínica, diagnóstico e terapêutica**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem **Eixo Tecnológico:** Ambiente e Saúde.

Componente Curricular: Enfermagem em Cuidado Cirúrgico

Carga Horária (hora aula): 85 (102) **Período Letivo:** 3º semestre

Ementa:

Assistência de enfermagem a ser realizada ao paciente cirúrgico no período pré operatório imediato e mediato. Assistência de enfermagem no período peri-operatório imediato e mediato.

Bibliografia Básica

- ARONE, E. M.; PHILIPPI, M. L. dos S.; VONO, Z. E. **Enfermagem médico-cirúrgica aplicada ao sistema nervoso**. 7 ed. São Paulo: Senac Nacional, 2005.
- GRAZIANO, K. U.; SILVA, A.; PSALTIKIDIS, E. M. **Enfermagem em centro de material e esterilização**. São Paulo: Manole, 2011.
- KAWAMOTO, E. E. **Enfermagem em clínica cirúrgica**. 3 ed. São Paulo: EPU, 2008.
- NETTINA, S. M. **Prática de enfermagem**. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- SILVA, C. R. L. da et al. **Feridas: fundamentos e atualizações em enfermagem**. 3 ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2011.

Bibliografia Complementar

- ARONE, E. M.; PHILIPPI, M. L. dos S. **Enfermagem médico-cirúrgica aplicada ao sistema reprodutor masculino**. 3 ed. São Paulo: Senac Nacional, 2010.

- LIMA, I. L. de; MATÃO, M. E. L. (Org.). **Manual do técnico em enfermagem**. 9 ed. Goiânia: AB Ed., 2010.
- NETO, R.; SALLES, N. **Como escrever o relatório de um paciente**: suplemento às disciplinas de propedêutica médica. Curitiba: UFPR, 2003.
- POSSARI, J. F. **Prontuário do paciente e os registros de enfermagem**. 2 ed. São Paulo: Iátria, 2007.
- SILVA, M. D'Apparecida A.; RODRIGUES, A. L.; CESARETTI, I. U. R. **Enfermagem na Unidade de Centro Cirúrgico**. 2 ed. São Paulo: EPU, 1997.
- SOARES, M. A. M.; GERELLI, A. M.; AMORIM, A. S. **Enfermagem**: cuidados básicos ao indivíduo hospitalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- TAYLOR, C. et al. **Fundamentos de enfermagem**: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.
- TIMBY, B. K. **Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem**. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Enfermagem em Saúde Coletiva II	
Carga Horária (hora aula): 51 (61)	Período Letivo: 3º semestre
Ementa: Procedimentos de Enfermagem na Atenção Primária à saúde. Vigilância Epidemiológica e Sanitária, visita domiciliar, imunizações, efeitos adversos das vacinas.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - CAMPOS, G. W. S. Tratado de saúde coletiva. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2012. - FIGUEIREDO, N. M. A. Ensinando a Cuidar em Saúde Pública. 2 ed. São Paulo: Yendis, 2012. - ROUQUAYROL, M. Z; FILHO, M. Z. Epidemiologia e Saúde. 7 ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - ANDRADE, S. de; SOARES, D. A.; CORDONI JÚNIOR, L. (Org.). Bases da saúde coletiva. Londrina: EDUEL, 2001. - BERTOLLI FILHO, C. História da saúde pública no Brasil. 5 ed. São Paulo: Ática, 2011. 	

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Capacitação de enfermeiros em saúde pública para o Sistema Único de Saúde**: administração de enfermagem em serviços locais de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1994. 59 p.
- MENDES, E. V.; TEIXEIRA, C. F. (Org.) et al. **Distrito sanitário**: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, 1993.
- VAUGHAN, J. P. **Epidemiologia para municípios**: manual para gerenciamento dos distritos sanitários. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Relações Interpessoais II	
Carga Horária (hora aula): 17 (20)	Período Letivo: 3º semestre
Ementa: Relações humanas no trabalho: diferenças individuais, preconceitos, processo grupal e trabalho em equipe, comunicação, cooperação. Política Nacional de Humanização: Humaniza SUS.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. - FARAH, O. G. D.; SÁ, A. C. (Orgs.). Psicologia aplicada à enfermagem. Barueri: Manole, 2008. - LIPP, M. N. Sentimentos que causam stress: como lidar com eles. Campinas: Papyrus, 2009. - MINICUCCI, A. Relações humanas: psicologia das relações interpessoais. São Paulo: Atlas, 2015. - STEFANELLI, M.C.; CARVALHO, E. C. (Orgs.). A comunicação nos diferentes contextos da enfermagem. 2 ed. São Paulo: Manole, 2012. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019. - BRÊTAS, A. C. P; GAMBA, M. A. (Orgs.). Enfermagem e saúde do adulto. São Paulo: Manole, 2006. 	

- DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- JACQUES, M. G.; CODO, W. **Saúde mental e trabalho: leituras**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- RIOS, I. C. **Caminhos da humanização na saúde: prática e reflexão**. São Paulo: Áurea, 2009. Disponível em: <http://hc.fm.usp.br/humaniza/pdf/livro/livro_dra_izabel_rios_caminhos_da_humanizacao_saude.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Prática Profissional Supervisionada - Enfermagem em Saúde Coletiva	
Carga Horária: 68h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa: Cuidado na atenção primária à saúde. Atuação no Sistema Único de Saúde.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - CAMPOS, G. W. S. Tratado de saúde coletiva. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2012. - FIGUEIREDO, N. M. A. Ensinando a Cuidar em Saúde Pública. 2 ed. São Paulo: Yendis, 2012. - ROUQUAYROL, M. Z; FILHO, M. Z. Epidemiologia e Saúde. 7 ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - ANDRADE, S. de; SOARES, D. A.; CORDONI JÚNIOR, L. (Org.). Bases da saúde coletiva. Londrina: EDUEL, 2001. - BERTOLLI FILHO, C. História da saúde pública no Brasil. 5 ed. São Paulo: Ática, 2011. - BRASIL. Ministério da Saúde. Capacitação de enfermeiros em saúde pública para o Sistema Único de Saúde: administração de enfermagem em serviços locais de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1994. 59 p. - MENDES, E. V.; TEIXEIRA, C. F. (Org.) et al. Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, 1993. - VAUGHAN, J. P. Epidemiologia para municípios: manual para gerenciamento dos distritos sanitários. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. 	

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Prática Profissional Supervisionada - Enfermagem em Cuidado Clínico	
Carga Horária: 68h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa: Assistência de enfermagem ao paciente adulto e idoso hospitalizado, acometido por doenças agudas e crônicas em situação clínica (doenças respiratórias, cardiovasculares, renais, gastrintestinais).	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - MARTINS, H.S. et al. Emergências clínicas: abordagem prática. 3 ed. ampl. e rev. Barueri: Manole, 2007. - OLIVEIRA, R. G. Blackbook - clínica médica: medicamentos e rotinas médicas. 2 ed. Belo Horizonte: Black Book, 2014, 810p. - SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. Brunner & Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 12 ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37). Disponível em: <http://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTIxNA==http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019. - BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Diabetes Mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36). Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019. - FIGUEIREDO, N. M. A. et al (Org.). Enfermagem oncológica: conceitos e práticas. 1 ed. São Paulo: Yendis, 2009. - PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Atenção à Saúde. Linha guia de hipertensão arterial / SAS. 2 ed. Curitiba: SESA, 2018. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/HIPER_R_4_web.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019. - RIBEIRO, A. B.; PLAVNIK, F. L. (Coord.). Atualização em hipertensão arterial: clínica, diagnóstico e terapêutica. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2007. 	

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Prática Profissional Supervisionada - Enfermagem em Cuidado Cirúrgico	
Carga Horária: 68h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa: Assistência de enfermagem ao paciente adulto e idoso hospitalizado, acometido por doenças agudas e crônicas em situação cirúrgica (pré, trans e pós-operatório).	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - ARONE, E. M.; PHILIPPI, M. L. dos S.; VONO, Z. E. Enfermagem médico-cirúrgica aplicada ao sistema nervoso. 7 ed. São Paulo: Senac Nacional, 2005. - GRAZIANO, K. U.; SILVA, A.; PSALTIKIDIS, E. M. Enfermagem em centro de material e esterilização. São Paulo: Manole, 2011. - KAWAMOTO, E. E. Enfermagem em clínica cirúrgica. 3 ed. São Paulo: EPU, 2008. - NETTINA, S. M. Prática de enfermagem. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. - SILVA, C. R. L. da et al. Feridas: fundamentos e atualizações em enfermagem. 3 ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2011. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - ARONE, E. M.; PHILIPPI, M. L. dos S. Enfermagem médico-cirúrgica aplicada ao sistema reprodutor masculino. 3 ed. São Paulo: Senac Nacional, 2010. - LIMA, I. L. de; MATÃO, M. E. L. (Org.). Manual do técnico em enfermagem. 9 ed. Goiânia: AB Ed., 2010. - NETO, R.; SALLES, N. Como escrever o relatório de um paciente: suplemento às disciplinas de propedêutica médica. Curitiba: UFPR, 2003. - POSSARI, J. F. Prontuário do paciente e os registros de enfermagem. 2 ed. São Paulo: Íatria, 2007. - SILVA, M. D'Apparecida A.; RODRIGUES, A. L.; CESARETTI, I. U. R. Enfermagem na Unidade de Centro Cirúrgico. 2 ed. São Paulo: EPU, 1997. - SOARES, M. A. M.; GERELLI, A. M.; AMORIM, A. S. Enfermagem: cuidados básicos ao indivíduo hospitalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010. - TAYLOR, C. et al. Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014. - TIMBY, B. K. Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 	

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Noções de administração nos Serviços de Enfermagem	
Carga Horária (hora aula): 85 (102)	Período Letivo: 4º semestre
Ementa:	
Significado do trabalho na sociedade contemporânea. Processo de trabalho em saúde. Bases teóricas da administração e sua aplicação no processo de trabalho da enfermagem. Trabalho em saúde: sofrimento humano, assédio moral e suicídio. Relações de poder nas organizações de saúde. Liderança e motivação em enfermagem. Relações humanas no trabalho em equipe. Treinamento e desenvolvimento da carreira em saúde. Currículo e entrevista de emprego.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - KURCGANT, P. et al. Gerenciamento em enfermagem. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan editora, 2010. - DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas editora, 1993. - ZANELLI, J. C.; SILVA, N. Interação Humana e Gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - HARADA, M.J.C.S. et al. O erro humano e a segurança do paciente. São Paulo: Atheneu editora, 2006. - JACQUES, M. G.; CODO, W. Saúde mental e trabalho: leituras. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. - TANNURE, M.C.; GONÇALVES, A.M.P. SAE: sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. - FELDMAN, L.B. Gestão de risco e segurança hospitalar: prevenção de danos ao paciente, notificação, auditoria de risco, aplicabilidade de ferramentas, monitoramento. 2 ed. São Paulo: Martinari, 2009. 	

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Enfermagem em Urgência e Emergência	
Carga Horária (hora aula): 85 (102)	Período Letivo: 4º semestre
Ementa: Assistência de enfermagem nas urgências e emergências clínicas e traumáticas em ambiente hospitalar. Segurança no trânsito.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: PHTLS: prehospital trauma life support. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 618 p. - BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências. 3 ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_urgencias_3e_d.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019. - GOLIN, V. Condutas em urgências e emergências para o clínico. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2008. - MARTINS, H. S. et al. Emergências clínicas: abordagem prática. 9 ed. Barueri: Manole, 2014. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - American Heart Association. Guidelines for cardiopulmonary resuscitation and emergency cardiovascular care. Circulation [Internet]. 2015. Disponível em: <https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portuguese.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019. - CHULAY, M.; BURNS, S. M. Fundamentos de enfermagem em cuidados críticos da AACN. Porto Alegre: Artmed; São Paulo: McGraw-Hill, 2012. - JEVON, P.; EWENS, B. Monitoramento do paciente crítico. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. - RIBEIRO, A. C. Enfermagem pré-hospitalar no suporte básico de vida: postulados ético-legais da profissão. Cogitare Enfermagem, v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/42118/27507>. Acesso em: 11 set. 2019. - SANTOS, R. R. et al. Manual de Socorro de Emergência. São Paulo: Atheneu, 2005. - SCHVARTSMAN, C.; REIS, A. G.; FARHAT, S. C. L. Pronto-socorro. 2 ed. Barueri: 2013. - SILVA, C. S. da. O estresse ocupacional e a equipe de enfermagem de urgência/emergência: um olhar para estudos brasileiros. 2017. 34 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, 	

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178438/001066465.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 set. 2019.

Campus Curitiba do IFPR

Curso: Técnico em Enfermagem **Eixo Tecnológico:** Ambiente e Saúde.

Componente Curricular: Enfermagem em Cuidados Intensivos

Carga Horária (hora aula): 102 (122) **Período Letivo:** 4º semestre

Ementa:

Conceitos e fundamentos da Unidade de Terapia Intensiva. Assistência de enfermagem ao paciente crítico. Manipulação de materiais e equipamentos utilizados nas Unidades de Terapia Intensiva.

Bibliografia Básica

- CARLOTTI, A.P.C.; CARMONA, F. **Rotinas em terapia intensiva pediátrica**. São Paulo: Blucher, 2015.
- CHULAY, M.; BURNS, S.M. **Fundamentos de enfermagem em cuidados críticos da AACN**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- PADILHA, K.G. **Enfermagem em UTI: cuidando do paciente crítico**. 1 ed. São Paulo: Manole, 2010.
- TAMEZ, R. N. **Enfermagem na UTI neonatal: assistência ao recém-nascido de alto risco**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- VIANA, R.; WINTAKER, I. & COLS. **Enfermagem em terapia intensiva: práticas e vivências**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- VIANA, R.A.P.P. **Enfermagem em terapia intensiva: práticas baseadas em evidências**. São Paulo: Atheneu, 2011.

Bibliografia Complementar

- CHEREGATTI, A.L. **Drogas utilizadas em UTI e os anticoagulantes**. 3 ed. São Paulo: Martinari, 2011.
- HOCKENBERRY, M.J.; WILSON, D. RODGERS, C.C. **Wong - fundamentos de enfermagem pediátrica**. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- KNOBEL, E.; LASELVA, C.R.; MOURA JÚNIOR, D.F. **Terapia intensiva: enfermagem**. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
- SPRINGHOUSE. **As melhores práticas de enfermagem baseadas em evidências**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: TCC - Experiências Vivenciadas II	
Carga Horária (hora aula): 33 (40)	Período Letivo: 4º semestre
Ementa: Metodologia científica, Tipologia da Pesquisa. Métodos de abordagem e procedimentos técnicos de pesquisa. Tipologia da Pesquisa. Métodos de abordagem e procedimentos técnicos de pesquisa. Entrevista. Pesquisa de Campo. Trabalho de Conclusão de Curso.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - BASTOS, C. L. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 24 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012. - DYNIEWICZ, A. M. Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes. 3 ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2014. - GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - ALMEIDA, M. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011. - BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de dez. 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 17 set. 2019. - BRASIL. Instituto Federal do Paraná. Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Curitiba, 2010. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_apresentacao_ifpr.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019. - BRASILEIRO, M.E. Metodologia da pesquisa científica aplicada à enfermagem. Goiânia: AB, 2011. - FLICK, U. Introdução a metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. - GREENHALGH, T. Como ler artigos científicos: fundamentos da medicina baseada em evidências. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. - VIEIRA, S. Metodologia científica para a área da saúde. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. - YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 	

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Prática Profissional Supervisionada - Enfermagem em Urgência e Emergência	
Carga Horária: 68h	Período Letivo: 4º semestre
Ementa: Assistência de enfermagem nos atendimentos de urgência e emergência em ambiente hospitalar.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: PHTLS: prehospital trauma life support. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 618 p. - BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências. 3 ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_urgencias_3e_d.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019. - GOLIN, V. Condutas em urgências e emergências para o clínico. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2008. - MARTINS, H. S. et al. Emergências clínicas: abordagem prática. 9 ed. Barueri: Manole, 2014. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - American Heart Association. Guidelines for cardiopulmonary resuscitation and emergency cardiovascular care. Circulation [Internet]. 2015. Disponível em: <https://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portuguese.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019. - CHULAY, M.; BURNS, S. M. Fundamentos de enfermagem em cuidados críticos da AACN. Porto Alegre: Artmed; São Paulo: McGraw-Hill, 2012. - JEVON, P.; EWENS, B. Monitoramento do paciente crítico. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. - RIBEIRO, A. C. Enfermagem pré-hospitalar no suporte básico de vida: postulados ético-legais da profissão. Cogitare Enfermagem, v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/42118/27507>. Acesso em: 11 set. 2019. - SANTOS, R. R. et al. Manual de Socorro de Emergência. São Paulo: Atheneu, 2005. - SCHVARTSMAN, C.; REIS, A. G.; FARHAT, S. C. L. Pronto-socorro. 2 ed. Barueri: 2013. - SILVA, C. S. da. O estresse ocupacional e a equipe de enfermagem de urgência/emergência: um olhar para estudos brasileiros. 2017. 34 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Programa de Pós-Graduação Educação em 	

Ciências: Química da Vida e Saúde, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178438/001066465.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 set. 2019.

Campus Curitiba do IFPR	
Curso: Técnico em Enfermagem	Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde.
Componente Curricular: Prática Profissional Supervisionada - Enfermagem em Cuidados Intensivos	
Carga Horária: 68h	Período Letivo: 4º semestre
Ementa: Assistência de enfermagem de modo integral ao paciente em estado grave sob tratamento intensivo.	
Bibliografia Básica	
<ul style="list-style-type: none"> - CARLOTTI, A.P.C.; CARMONA, F. Rotinas em terapia intensiva pediátrica. São Paulo: Blucher, 2015. - CHULAY, M.; BURNS, S.M. Fundamentos de enfermagem em cuidados críticos da AACN. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. - PADILHA, K.G. Enfermagem em UTI: cuidando do paciente crítico. 1 ed. São Paulo: Manole, 2010. - TAMEZ, R. N. Enfermagem na UTI neonatal: assistência ao recém-nascido de alto risco. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. - VIANA, R.; WINTAKER, I. & COLS. Enfermagem em terapia intensiva: práticas e vivências. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. - VIANA, R.A.P.P. Enfermagem em terapia intensiva: práticas baseadas em evidências. São Paulo: Atheneu, 2011. 	
Bibliografia Complementar	
<ul style="list-style-type: none"> - CHEREGATTI, A.L. Drogas utilizadas em UTI e os anticoagulantes. 3 ed. São Paulo: Martinari, 2011. - HOCKENBERRY, M.J.; WILSON, D. RODGERS, C.C. Wong - fundamentos de enfermagem pediátrica. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. - KNOBEL, E.; LASELVA, C.R.; MOURA JÚNIOR, D.F. Terapia intensiva: enfermagem. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2010. - SPRINGHOUSE. As melhores práticas de enfermagem baseadas em evidências. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 	

7 INFRAESTRUTURA MÍNIMA REQUERIDA

Materiais, equipamentos e espaços físicos	Existente no campus	Disponibilizado pelo/a conveniado/a	Adquirir ou construir
Sala de aula com quadro negro, multimídia, computador e internet	02	-	-
Laboratório de informática	02	-	-
Biblioteca	01	-	-
Auditório	01	-	-
Laboratório de Enfermagem com infraestrutura de 03 salas, sendo 01 delas possível atender estudantes nas atividades específicas e de recuperação paralela)	01	-	-
Leitos hospitalares completos	03	-	-
Berço hospitalar	01	-	-
Maca	01	-	-
Cadeira de rodas	01	-	-
Hamper	02	-	-
Esqueletos humanos	02	-	-
Peças anatômicas em resina	diversas	-	-
Manequins adultos	03	-	-
Manequim simulador de RCP	01	-	-
Bonecas (bebê)	03	-	-
Monitor multiparâmetros	01	-	-
Aparelho de eletrocardiograma	01	-	-
Aspirador de secreção portátil;	01	-	-
Desfibrilador externo automático	01	-	-
Material para intubação (laringoscópio e lâminas)	01	-	-
Suportes de soro	04	-	-
Cadeira de conforto	01	-	-
Computador	01	-	-

Mesas de cabeceiras	03	-	-
Mesas auxiliares; balcões	03	-	-
Mesas	02	-	-
Cadeiras giratórias	30	-	-
Armários de parede	04	-	-
Mesa de Mayo regulável	01	-	-
Lâmpada auxiliar para exames	01	-	-
Biombos	04	-	-
Balança antropométrica (adulto)	01	-	-
Balança antropométrica (infantil)	01	-	-
Bolsa válvula-máscara adulto	03	-	-
Bolsa válvula-máscara infantil	02	-	-
Metais em inox (comadre; balde; papagaio; jarros de água; bacia; cubas rim; cubas redondas, bandejas e pinças para curativo, retirada de pontos e instrumentação cirúrgica)	diversos	-	-
Esfigmomanômetros		-	-
Termômetros		-	-
Estetoscópios		-	-
Material de consumo (seringas, agulhas, dispositivos multivias, sondas, cânulas, luvas de procedimento, etc)	diversos	-	-
Roupa de cama e banho/vestuário (pijama e camisolas)	diversos	-	-

Dispõe-se ainda neste laboratório de aparelho de multimídia, mesas e cadeiras escolares, quadro de giz. O IFPR - Campus Curitiba conta também com auditório, biblioteca com computadores e internet, laboratório de informática, sala de atendimento ao aluno, ambulatório e material de apoio logístico.

8 INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES ESPECIAIS

	Existente no campus	Disponibilizado pelo/a conveniado/a	A adquirir ou construir
Acesso de entrada com acessibilidade	02	-	-
Banheiros	04	-	-
Elevador	02	-	-
Rampa	01	-	-
Interprete de Libras		-	-
Impressora Braile		-	-

O Campus Curitiba, em suas políticas educacionais, preconiza uma escola para todos, no atendimento de todos os estudantes, sem exceção, que apresentem ou não limitações, assumindo a diversidade como a sua principal característica. Assim, congrega parcelas da população que, antes, não tinham acesso à educação, massificando-se a quantidade de estudantes matriculados nas escolas públicas brasileiras.

Outro ponto importante a ser destacado é que, em uma escola que pretenda ser para todos, os programas e os currículos não devem ser individualizados e/ou adaptados, nem deve haver facilitação das atividades, nem diminuição do alcance dos objetivos educacionais, nem programas para reforçar as aprendizagens, ou mesmo para acelerá-las em casos de defasagem idade/série (MANTOAN, 2005).

Também é importante ressaltar que não somente áreas específicas da escola são necessárias para o desenvolvimento de atividades educacionais, considerando que muitas das atividades escolares como prática de esportes, atividades de artes e culturais ou de outras instalações específicas podem ser realizadas fora dos muros da escola, em espaços públicos, na comunidade, em bibliotecas e em outras instalações, assim como em tempos distintos dos tempos escolares.

9 PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

Docentes envolvidos com o Curso Técnico em Enfermagem:

DOCENTES	
DOCENTE	PERFIL DE FORMAÇÃO
Margareth Voigt Pisconti Machado	Enfermeira, Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná
Nadine de Biagi Zieseimer	Enfermeira, Doutorado em Distúrbios da Comunicação pela Universidade Tuiuti do Paraná - Área da Linguagem e Envelhecimento
Leni de Lima Santana	Enfermeira, Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná - Área de concentração Prática Profissional em Enfermagem
Edivane Pedrolo	Enfermeira, Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná - Área de concentração Prática Profissional em Enfermagem
Radamés Boostel	Enfermeiro, Mestrado em enfermagem pela Universidade Federal do Paraná - Área de concentração Prática Profissional em Enfermagem
Rubens Gomes Corrêa	Enfermeiro, Mestrado em Assistência – pela Universidade Federal do Paraná/Universidade Federal de Santa Catarina
Telma Pelaes de Carvalho	Enfermeira, Doutorado em Distúrbios da Comunicação pela Universidade Tuiuti do Paraná
Josiane Bernart da Silva Ferla	Enfermeira, Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná
Tangriane Hainiski Ramos	Enfermeira, Doutorado em Distúrbios da Comunicação pela Universidade Tuiuti do

	Paraná - Área concentração Saúde Coletiva e Saúde do Trabalhador
Gabriella Lemes Rodrigues de Oliveira	Enfermeira, Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná - Área de concentração: Prática Profissional em Enfermagem
Edilomar Leonart	Enfermeira, Mestrado em Enfermagem Fundamental pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP
Adriana Pellanda Gagno	Psicóloga, Mestrado em Psicologia e doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Érika Pessanha d'Oliveira	Psicóloga, Mestrado em Psicologia da Educação pela PUC-SP

Servidores Técnicos Administrativos em Educação do campus:

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	
NOME	CARGO
Adilson Claudio Muzi	Assistente em administração
Alex Neves Xevrand Bagnara	Técnico de laboratório - Prótese
Allana Camargo Coutinho	Assistente em administração
Ana Maria de Carvalho	Assistente social
Ana Paula Teixeira Minari Da Rosa	Técnica em assuntos educacionais
Andrea Cristine Urbanetz Ribeiro da Silva	Técnica em contabilidade
Andrey Enrique Santos	Assistente em administração
Anne Caroline de Oliveira	Pedagoga
Bárbara Rocha Bittencourt Sallaberry	Bibliotecaria-documentalista
Bruno Bello	Assistente em administração
Bruno Coletty	Técnico em assuntos educacionais
Caio Augusto Garcia Sampaio Valente	Técnico de laboratório
Camilla Corso Silveira	Psicóloga
Carlos Alberto Saczk	Assistente em administração
Cassio Dalponte	Técnico de laboratório

Danielle Priscila Gamballi Schultz	Assistente de aluno
Dayani Lebedieff Sakamoto Rabello	Assistente de aluno
Derdried Athanasio Johann	Enfermeira
Diego de Oliveira Vieira	Auxiliar de biblioteca
Dircéia Romero Calixto	Auxiliar em administração
Ed Carlos da Silva	Técnico de tecnologia da informação
Edilza Silva Dos Santos Chibior	Bibliotecária-documentalista
Elenir Leite Marloch	Assistente em administração
Eliane Mara Luz	Assistente em administração
Elisete Lopes Cassiano	Bibliotecária-documentalista
Erica Dias de Paula Santana	Técnica em assuntos educacionais
Felipe Pereira Cortiano	Técnico em contabilidade
Fernanda Konkol Diogo	Assistente em administração
Fernando Souza de Oliveira Silva	Técnico de laboratório área SIGRH
Flavia Elisabeth da Silva Block	Assistente em administração
Franciele Braznick	Técnica em secretariado
Francielle Diorak	Assistente de aluno
Francielle Fernandes Brigido	Assistente em administração
Francisco Roberto Carvalho	Assistente em administração
Helder Ricardo Marchini	Técnico em laboratório
Israel Bispo dos Santos	Tradutor interprete de linguagem sinais
Ivone Zapotoszek	Assistente em administração
Jacinto Roberto Vieira De Lima	Técnico de laboratório área
Janice Mayumi Bark Toda	Assistente em administração
Janielly Maria Rodrigues Monteiro	Contadora
Jenifer Caroline Leite	Assistente em administração
Jocelaine Espíndola Da Silva Arruda	Técnica em assuntos educacionais
Juliana Tracz Pereira	Técnica de laboratório área SIGRH
Julianne Neves	Pedagoga-área
Jusane Oceli Dalmonico	Assistente em administração
Karina Labes Da Silva	Pedagoga-área
Larissa Lopes Melinger	Assistente em assuntos educacionais

Lauro Barbosa Dias Filho	Técnico de tecnologia da informação
Leandro José de Araujo	Assistente social
Leandro Velloso Albuquerque	Assistente em administração
Lorenzo Martins Bonicontró	Técnico de laboratório
Lourdes Andressa Zeizer Sato	Assistente em administração
Luciana de Cassia Andrade Nakatani	Assistente em administração
Luiz Custódio	Assistente de aluno
Magno Antonio Gomes	Assistente em administração
Maikon de Jesus Costa	Tradutor interprete de linguagem sinais
Marianna Angonese Frankiv	Pedagoga-área
Marilda Pontes Lacerda	Assistente de aluno
Marli Terezinha Fereira Becker Gripp	Cozinheira
Nayamin dos Santos Moscal	Auxiliar de biblioteca
Nilson dos Santos Moraes	Técnico em contabilidade
Nilton Ferreira Brandão	Analista de tecnologia da informação
Patricia Batista Correia	Auxiliar de biblioteca
Pedro Isaque de Andrade	Técnico de laboratório - edificações
Priscila Bittencourt De Queiroz	Assistente em administração
Reginaldo Ferreira	Técnico de laboratório - Físico
Ricardo Alexandre Pereira	Técnico em assuntos educacionais
Ricardo Arruda Soweck	Técnico de tecnologia da informação
Ricele Gonçalves Agra	Administrador
Rodrigo Tavares Rimolo	Técnico de laboratório área SIGRH
Roger Fernando de Sá	Auxiliar de biblioteca
Rogério Domingos De Siqueira	Administrador
Rômulo Souza da Silva	Auxiliar de biblioteca
Rubens Gomes Correa	Enfermeiro
Sebastião Dambroski	Administrador
Silvio Tacara	Técnico de tecnologia da informação
Sirlei Schmitt de Toledo	Auxiliar em assuntos educacionais
Susi De Fatima Carvalho Da Silva	Auxiliar de biblioteca
Tais Helena Akatsu	Bibliotecária-documentalista

Tania Gracieli Vega Incerti	Assistente social
Tania Rodrigues Lisboa	Tradutor interprete de linguagem sinais
Tatiane do Rocio Puchalski	Técnica em contabilidade
Tiago Machado Saretto	Tradutor interprete de linguagem sinais
Vivaldo Cordeiro Gonçalves	Bibliotecário-documentalista
Ximena Novais De Moraes	Assistente em administração

10 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Enfermagem será avaliado a cada dois anos, levando-se em consideração a avaliação do curso pelos formandos, egressos e docentes.

Essa avaliação será realizada junto aos formandos e docentes por meio de instrumento a ser elaborado e, para os egressos, por meio do projeto de pesquisa intitulado “Formação Técnica em Enfermagem do IFPR: perfil dos egressos e inserção no mercado de trabalho”, do colegiado do Curso Técnico em Enfermagem, conforme processo nº 23397.000288/2018-49/IFPR.

A avaliação do PPC do curso também contemplará os campos para Prática Profissional Supervisionada, considerando suas disponibilidades e o número de estudantes a serem supervisionados pelos docentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. S. et al. Os espaços de construção do conhecimento e a avaliação no currículo integrado do curso de enfermagem do UNIFESO. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, v. 2, n. 3, p. 997-1008, 2010.

BRASIL. Lei n. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 de jun. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7498.htm>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 de mai. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 set 2019.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares para Educação Profissional de Nível Técnico. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 de nov. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/ceb016.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Portaria n. 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 de out. 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de set. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11_663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41>

[271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](#)>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Atenção à Saúde - CNES**. Brasília, 2018a. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/pages/consultas.jsp>>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica - SISUTEC**. Brasília, 2018b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35793-sisutec>>. Acesso em: 17 set. 2019.

CIAVATTA, M. A educação profissional do cidadão produtivo à luz de uma análise de contexto. **Proposta, FASE**, v. 29, n. 86, p. 76-89, set./nov. 2000.

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. Resolução n. 371, de 08 de setembro de 2010. Dispõe sobre participação do enfermeiro na supervisão de estágio de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de enfermagem. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 de set. 2010. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-n-3712010_5885.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. **Perfil da Enfermagem no Brasil**. FIOCRUZ/COFEN, 2013. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/index.html>>. Acesso em: 17 set. 2019.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Saúde. **Histórico da Secretaria**. [Internet]. 2018. Disponível em: <<http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/a-secretaria/historico-da-secretaria.html>>. Acesso em: 17 set. 2019.

FRIGOTTO, G. **O trabalho como princípio educativo**. Seminário Nacional de Formação- MST, realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, Guararema, SP, março de 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Curitiba**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>>. Acesso em: 17 set. 2019.

IFPR - Instituto Federal do Paraná. Campus Curitiba. **Projeto político pedagógico 2017**. Disponível em: <<https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/02/PPP-vers%c3%a3o-fevereiro-de-2017.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Resolução n. 39, de 22 de abril de 2010. **Aprova a convalidação do Curso Técnico em Enfermagem - Subsequente**. Curitiba, PR, 2010. Disponível em: <

[https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/Res.-39.10-Convalida%
c3%a7%c3%a3o-do-Curso-Enfermagem.pdf](https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/Res.-39.10-Convalida%c3%a7%c3%a3o-do-Curso-Enfermagem.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Resolução n. 54, de 21 de dezembro de 2011. **Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.** Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-54.11-ODP-M%C3%A9dio.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Resolução n. 01, de 23 de janeiro de 2017. **Altera a Resolução nº 54/2011 que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR.** Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/04/Resolução-01.2017.pdf>>. Acesso em 17 set. 2019.

_____. Resolução n. 50, de 14 de julho de 2017. **Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino aprendizagem no âmbito do IFPR.** Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/Res.-50.2017-1.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. **Regulamento do Estágio Supervisionado Obrigatório IFPR - Campus Curitiba.** Curitiba, PR, 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/REGULAMENTO_ESTAGIO_OBRIGATORIO_revisado.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

GALLO, S. **Transversalidade e Educação: pensando uma educação não-disciplinar.** In: ALVES, N.; GARCIA, R.L. (orgs.): O sentido da escola. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KUDZIELICZ, M. Aplicação do currículo mínimo do curso de graduação em enfermagem e obstetrícia. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 26, n. 4-5, jul./set. 1973. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671973000300010. Acesso em: 08 out. 2019.

LEITE, M. T. S. et al. Unidade teórico-prática na práxis de um currículo integrado: percepção de docentes de Enfermagem na saúde da criança e do adolescente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 4, p. 717-724, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v64n4/a14v64n4.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

LUCKESI, C. C. Avaliação educacional: pressupostos conceituais. **Tecnologia Educacional**, v. 7, n. 24, p. 5-8, 1978.

MANTOAN, M. T. E. **Uma escola de todos, para todos e com todos:** o mote da inclusão. Departamento de Metodologia de Ensino. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED. Faculdade de Educação – UNICAMP – SP. 2002. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/uma_escola_de_todos.htm>. Acesso em: 17 set. 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos.** Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (org.). **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo: Editora Cortez, 1995.

SACRISTÁN, J.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino.** 4 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, J. **O Currículo** - uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 10 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 34 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - REGULAMENTO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA OBRIGATÓRIA DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO IFPR - CAMPUS CURITIBA

CAPÍTULO I DA PRÁTICA SUPERVISIONADA OBRIGATÓRIA E SUAS FINALIDADES

Art. 1º - A Prática Supervisionada Obrigatória, previsto na Lei nº 11.788 de 25/09/2008 e na Resolução CNE/CEB nº1 de 21/01/2004, obedecerá a presentes norma.

Art. 2º - A Prática Profissional Supervisionada é considerada atividade **curricular obrigatória** do curso Técnico em Enfermagem, e se destina a propiciar ao estudante a complementação do processo de ensino e de aprendizagem, em termos de experiências práticas, visando a:

- I. Proporcionar a reflexão e a aplicação dos conhecimentos teóricos construídos durante a vida acadêmica;
- II. Proporcionar um aprimoramento das práticas e métodos pertinentes ao Técnico em Enfermagem, adaptando-os às exigências do mercado de trabalho e dos mecanismos de modernização tecnológica;
- III. Desenvolver e aperfeiçoar habilidades e competências indispensáveis ao desempenho profissional.

CAPÍTULO II DA MATRÍCULA

Art. 3º - A Prática Profissional Supervisionada no curso Técnico em Enfermagem é formada pelos componentes curriculares obrigatórios com necessidade de matrícula. Poderá matricular-se na atividade de Prática Profissional Supervisionada o estudante que estiver matriculado no curso técnico e que tiver concluído o módulo curricular pré-requisito para o componente curricular de Prática Profissional Supervisionada.

Art. 4º - A matrícula será feita na Secretaria Acadêmica do Campus e será analisada pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO III DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E SUPERVISÃO

Art. 5º - A Prática Profissional Supervisionada Obrigatória será realizada em instituições públicas ou privadas da área da saúde, devidamente conveniadas com o

IFPR, que apresentem condições de proporcionar experiência prática na área de formação do estudante, respeitado o Artigo 2º deste Regulamento.

Art. 6º - A supervisão das práticas obrigatórias deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor supervisor Enfermeiro do curso Técnico em Enfermagem do IFPR.

CAPÍTULO IV DA DURAÇÃO E DA JORNADA DIÁRIA DE PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA OBRIGATÓRIA

Art. 7º - A duração da Prática Profissional Supervisionada Obrigatória será estipulada no Projeto Político de Curso.

Art. 8º - A jornada diária de Prática Profissional Supervisionada Obrigatória será compatível com o horário estabelecido no projeto pedagógico do curso, não excedendo a carga horária prevista na legislação.

CAPÍTULO V DO SEGURO DE PRÁTICA SUPERVISIONADA OBRIGATÓRIA

Art. 9º - O IFPR providenciará seguro de acidentes pessoais para o estudante.

CAPÍTULO VI DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DA PRÁTICA SUPERVISIONADA OBRIGATÓRIA

Seção I Do Coordenador de Curso

Art. 10 – Ao coordenador do curso incube supervisionar o desenvolvimento das atividades da Prática Profissional Supervisionada Obrigatória e encaminhar previamente as solicitações de campo da prática para as Instituições Conveniadas.

Seção II Do Professor Orientador

Art. 11 – Ao Professor Orientador da Prática Profissional Supervisionada incumbe:

- I. Propor, juntamente com a coordenação de curso, o campo de Prática Supervisionada aos estudantes, atendendo a legislação vigente do IFPR quanto definição de convênios;
- II. Realizar contatos com os campos da Prática Profissional Supervisionada por meio de visitas aos locais e contatos telefônicos conforme as necessidades;
- III. Proceder a avaliação da Prática Profissional Supervisionada, registrando em instrumento próprio a análise das mesmas e emitindo os conceitos respeitando os prazos previstos no calendário escolar.

Seção III Do Estudante

Art. 12 – Ao estudante incumbe:

- I. Efetuar sua matrícula na Atividade de Prática Profissional Supervisionada na Secretaria Acadêmica do Campus;
- II. Preencher o “Termo de Compromisso” com a entidade concedente, com interveniência do IFPR;
- III. Realizar todas as atividades previstas no plano da Prática Profissional Supervisionada, de acordo com as normas técnicas e primando pelos princípios éticos;
- IV. Cumprir os horários estabelecidos da Prática Profissional Supervisionada pelo colegiado de curso;
- V. Apresentar-se devidamente uniformizado, portando os materiais de bolso exigidos para a atuação no campo da prática, conforme as orientações dadas pelo professor supervisor da Prática Profissional Supervisionada.
- VI. Participar de todas as etapas de avaliação da Prática Profissional Supervisionada.

CAPÍTULO VII DO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA

Seção I Do Termo de Compromisso

Art. 13 – A Prática Profissional Supervisionada será precedido da celebração do “Termo de Compromisso” entre o estudante, entidade concedente e IFPR, o qual preverá as condições de sua realização e sua duração.

Seção II

Do Plano de Prática Profissional Supervisionada Obrigatória

Art. 14 – Na Prática Profissional Supervisionada o plano de trabalho é formulado pelo professor supervisor e referendado pela coordenação do curso.

Seção III

Da Avaliação da Prática Profissional Supervisionada Obrigatória

Art. 15 – Para avaliação das Práticas Profissionais Supervisionadas serão realizadas avaliações processuais referentes aos procedimentos técnicos e aspectos comportamentais, utilizando instrumentos elaborados pelo professor orientador e colegiado de curso, tendo-se sempre presente as normas vigentes no Instituto Federal do Paraná. A aprovação está condicionada às seguintes condições:

- I. Ter aproveitamento de 100% da Prática Profissional Supervisionada;
- II. Obter, no mínimo, o conceito C, no conjunto de tarefas realizadas.

Parágrafo 1º – Nos componentes curriculares de Práticas Profissionais Supervisionadas não cabe período de recuperação, nem provas finais.

Parágrafo 2º – O colegiado de curso propiciará condições aos estudantes para que tenham o aproveitamento de 100% da Prática Profissional Supervisionada.

Art. 16 – Na avaliação das atividades desenvolvidas pelo estudante, serão consideradas a compatibilidade das atividades desenvolvidas com o currículo do Curso e com o Plano de Prática Profissional Supervisionada:

- I. A qualidade e eficácia na realização das atividades;
- II. A capacidade inovadora ou criativa demonstrada através das atividades desenvolvidas;
- III. A capacidade de adaptar-se socialmente ao ambiente.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 – A realização do Prática Profissional Supervisionada por parte do estudante não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 26 – Os casos omissos serão resolvidos pela Direção de Ensino do Campus Curitiba, no que couber.

APÊNDICE 2 - REGULAMENTAÇÃO TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO - EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS

Trabalho de Conclusão de Curso do Técnico em Enfermagem – Experiências Vivenciadas – foi elaborado a semelhança de portfólio, compreendendo como uma ferramenta pedagógica que visa valorizar a autonomia no processo de aprendizagem e possibilitar ao estudante, além da apreensão dos conteúdos essenciais para sua atuação profissional, o investimento em sua formação pessoal, no sentido de elevar as condições de aprendizagens atuais e futuras, por meio da autorregulação da aprendizagem (SHORES; GRACE, 2001 e VIEIRA, 2002).

A autorregulação da aprendizagem propõe-se que durante o processo de aprendizagem os estudantes sejam provocados a desenvolverem postura ativa e reflexiva diante das situações de aprendizagem. Nesta perspectiva, espera-se que o estudante seja capaz de reforçar e reconhecer suas capacidades em gerenciar seus projetos, progressos e estratégias diante das tarefas e dos desafios a ele propostos (ZIMMERMAN, 2000; PINTRICH, 2000; ROSÁRIO, 2004).

O Trabalho de Conclusão de Curso – Experiências Vivenciadas, deverá ter a seguinte apresentação:

1. Capa;
2. Sumário;
3. Apresentação – do estudante e do portfólio;
4. Objetivos – deverá ter o objetivo geral do portfólio e os objetivos específicos, os quais constarão, também, em cada item do trabalho.
5. Vivência – nesse item o estudante deverá descrever sua vivência durante o curso, enquanto estudante e futuro profissional.
6. Estudo de caso: mínimo de dois estudos de caso, sendo que não poderá ser do mesmo componente curricular da Prática Profissional Supervisionada. A escolha dos casos será a critério do estudante e poderá aprofundar um tema que tiver interesse, desde que esteja relacionado aos casos realizados. É importante que ao final do item, o estudante apresente reflexão sobre os casos apresentados;

7. Assistência – descrição de todos os procedimentos realizados durante as Práticas Profissionais Supervisionadas. No final do item deverá apresentar reflexão sobre os procedimentos desenvolvidos durante as Práticas Profissionais Supervisionadas para seu aprendizado;
8. Síntese da aprendizagem – consiste na reelaboração da aprendizagem. Nesse item o orientador deverá definir critérios que nortearam o texto e que refletem a aprendizagem do estudante. Também, constará auto avaliação com as seguintes questões:
- Dentre as suas produções no curso, qual(is) delas se destacou pelo conteúdo e qualidade do que realizou? Por quê?
 - Registre a fase do Portfólio que lhe oportunizou maior aprendizagem.
 - As produções e pesquisas contribuíram para a sua aprendizagem?
() SIM () NÃO Por quê?
 - Escreva observações e sugestões a respeito de sua experiência de estudo por meio do Portfólio.
 - Após o percurso no curso, avalie sua participação e produção. Você considera que seu resultado final corresponde ao conceito:
() A () B () C () D

Observações:

- A data de entrega do trabalho será definida anualmente, entretanto não poderá ultrapassar a segunda quinzena do mês de novembro, para que haja tempo hábil para correções e apresentações.
- A ficha de acompanhamento de procedimentos poderá ser utilizada como anexo do trabalho e permitirá ao estudante identificar os procedimentos realizados durante as Práticas Profissionais Supervisionadas.
- É extremamente importante que o estudante tenha anotações (diário de bordo), as quais darão subsídios para o desenvolvimento do trabalho. Nesse diário podem haver questões como: A) minhas ações como estudante permitem afirmar que estas contribuíram para que minhas expectativas de aprendizagem fossem atingidas até o presente momento? B) consigo enumerar alguns fatores que motivaram meu empenho como estudante? C) aspectos presentes em meu

contexto, no ambiente no qual estou inserido(a), têm contribuído para a minha aprendizagem? D) como avalio a minha compreensão dos conteúdos? E) quais as estratégias de organização e estudo contribuíram mais para a minha aprendizagem?

- O trabalho deverá ser redigido dentro das normas técnicas;
- A avaliação do trabalho será feita pelo orientador, mediante sugestões da banca.
- Para apresentação do trabalho, será composta banca de três membros docentes, a qual avaliará a apresentação do trabalho. Na composição do conceito final será estipulado pesos para o trabalho escrito e apresentação.

Referências

PINTRICH, P. R. (2000). The role of goal orientation in self-regulated learning. In: BOEKAERTS, M.; PINTRICH, P. R.; ZEIDNER, M. (eds.) **Handbook of self-regulation**, Academic Press, 2000, pp.452-502.

ROSÁRIO, P. **Testas o Lusitano**. Porto: Porto Editora, 2004.

SHORES, E.; GRACE, C. **Portfólio: um guia passo a passo para o professor**. Porto Alegre: ARMED Editora, 2001.

VIEIRA, V. M. O. Portfólio: Uma proposta de avaliação como reconstrução do processo de aprendizagem. In: Revista: **Psicologia Escolar e Educacional**. ABRAPEE. Vol. 6 no 2 junho/dezembro 2002, p. 149-153.

ZIMMERMAN, B. J. Attaining self-regulation: A social-cognitive perspective. In: BOEKAERTS, M.; PINTRICH, P. R.; ZEIDNER, M. (eds.). **Self-regulation: Theory, research, and applications**. Orlando, FL7 Academic Press, 2000, pp.13-39.

APÊNDICE 3 - REGULAMENTAÇÃO ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CAPÍTULO I DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem como parte integrante do currículo do Curso Técnico em Enfermagem.

§ 1º - As Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a formação do estudante.

§ 2º - Caberá ao estudante participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades escolares e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

- I. Atividades de complementação da formação social, humana e cultural;
- II. Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- III. Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas no próprio IFPR ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do estudante, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente em horários diferentes do horário de aula do estudante, não sendo justificativa para faltas nas atividades curriculares.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I Do Coordenador de Curso

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

- I. Propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- II. Supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares.

Seção II Do Colegiado do Curso

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

- I. Indicar comissão de análise, composta por 02 (dois) docentes, que terão mandato de um ano, para coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito do curso;
- II. Propor para as atividades relacionadas no artigo 12, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III. Propor avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

Seção III Da Comissão de Análise

Art. 6º - A comissão responsável pelas Atividades Complementares compete:

- I. Definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 12, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Validar, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades curriculares que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;
- III. Analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo estudante, levando em consideração este Regulamento;
- IV. Avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo estudante, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

- V. Orientar o estudante quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;
- VI. Fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos estudantes;
- VII. Controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo estudante, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;
- VIII. Encaminhar à Secretaria Acadêmica, o resultado da comprovação e da avaliação das Atividades Complementares;
- IX. Participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.
- X. Apresentar ao colegiado de curso o relatório final das atividades desenvolvidas na comissão.

Seção IV Do Estudante

Art. 7º - Aos estudantes do Curso Técnico em Enfermagem, compete:

- I. Informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora do IFPR que propiciem pontuações para Atividades Complementares;
- II. Inscrever-se e participar efetivamente das atividades;
- III. Solicitar a comprovação e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;
- IV. Providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
- V. Entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares;
- VI. Arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada.

Parágrafo único - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO DE COMPROVAÇÃO

Art. 8º - O estudante deverá protocolar junto a comissão responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

Parágrafo único - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista divulgada pela coordenação do curso.

Art. 9º - A comprovação e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizadas até a data limite para finalização do curso.

Art. 10 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 11 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo estudante, serão considerados:

- I. Compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso;
- II. O total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do estudante no curso.

Art. 12 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

- I. **Grupo 1** - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas: atividades esportivas - participação nas atividades esportivas; cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira; participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras; participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural; participação como expositor em exposição artística ou cultural.
- II. **Grupo 2** - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando inclusas: participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição; participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares; participação em atividades beneficentes; atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos

da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade; participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

- III. **Grupo 3** - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas: participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão; participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos; participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos; participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso; participação como expositor em exposições técnico-científicas; participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico; estágio não obrigatório na área do curso; trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso; trabalho como empreendedor na área do curso; participação em visitas técnicas organizadas pelo Campus; participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

Parágrafo único - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. Os projetos de ensino não poderão ser pontuados em Atividades Complementares, por já possuírem carga horária e registro de conceitos.

CAPÍTULO VI DA PONTUAÇÃO

Art. 13 - As Atividades Complementares serão avaliadas e pontuadas segundo a carga horária ou por participação efetiva dos estudantes nas atividades apresentadas, atendendo ao disposto no parágrafo único do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 14 - O estudante deverá participar de atividades contempladas nos três Grupos listados no Artigo 12 deste Regulamento, completando no mínimo 20 (vinte) horas total.

Art. 15 - Caberá ao Colegiado de Curso propor a Comissão de Análise a definição da avaliação e da pontuação referente as horas apresentadas, respeitados os Artigos 14.

CAPÍTULO VII DA AVALIAÇÃO

Art. 16 - Será considerado aprovado o estudante que, na avaliação, obtiver pelo menos 20 (vinte) horas de Atividades Complementares.

Parágrafo único - Para fins de registro acadêmico constará no histórico escolar do estudante apenas o conceito “aprovado” ou “reprovado” em Atividades Complementares, não sendo registrado o número de pontos que o aluno auferiu para obtenção de tal conceito.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso, por meio da análise de requerimento protocolado na Secretaria Acadêmica.